

ATA N.º 10/2024

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO
DA SESSÃO ORDINÁRIA DE NOVEMBRO DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENICHE,
REALIZADA NO DIA 06 DE DEZEMBRO DE 2024:

Aos seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, no Auditório do Edifício Cultural do Município de Peniche, sito na Rua dos Hermínios, na cidade, freguesia e concelho de Peniche, com a participação dos senhores Joaquim Raul Gregório Farto (PS), Inês Grandela Nunes Lourenço (GCEPP) e Mário Rui Santana Mamede (GCEPP), respetivamente Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário da Mesa, Teresa Cecília Batista Lopes (GCEPP), Pedro Henrique Lourenço Barata (PS), António Manuel Prioste Salvador (PSD) e Jorge Alberto Bombas Amador (CDU), respetivamente Presidentes das Juntas de Freguesias de Peniche, de Ferrel, de Atougua da Baleia e da Serra d'El-Rei, e dos senhores Hugo José Santos Martins (GCEPP), Anabela Correia Dias (PS), Francisco José de Abreu Lourenço (GCEPP), Henrique André da Silva Estrelinha (PS), Ana Filipa Vala Fialho (PSD), Susana Cristina Rosa Esperança (GCEPP), Luís Fernando Mamede de Matos Almeida (PSD), Carlos Francisco Vala Chagas (PS), Ana João dos Santos Lima (PSD), Carlos Miguel Cordeiro do Amaral Domingos (PS), Margarida da Silva Martins (PSD), Vítor Rui Franco Agostinho (CDU), Tiago Brás Correia (GCEPP), António José Antunes Vieira (PSD), José Monteiro Henriques Rocha (CDU), Bruno Pinto Cruz (PSD) e João Viriato Santos Oliveira (CHEGA), reuniu-se, ordinariamente, a Assembleia Municipal de Peniche, para continuar os trabalhos da sessão ordinária do mês de novembro, iniciada a 29 de novembro de 2024, concretamente os seguintes pontos:

4.º - Período da ordem do dia:

4) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2025;

5) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para os Documentos Previsionais dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2025;

6) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para o Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2025;

7) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais identificados em orçamento e autorização prévia genérica para assunção de outros compromissos plurianuais em que os encargos financeiros não excedam o limite de 99 759,58 euros em cada ano – Serviços Municipalizados de Água e Saneamento;

8) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano do Município de Peniche, para o ano de 2025;

9) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para os Documentos Previsionais do Município de Peniche, para o ano de 2025;

10) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para o Mapa de Pessoal do Município de Peniche, para o ano de 2025;

11) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais identificados em orçamento e

autorização prévia genérica para assunção de outros compromissos plurianuais em que os encargos financeiros não excedam o limite de 99 759,58 euros em cada ano – Município de Peniche;

12) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a assunção do compromisso plurianual, no âmbito do Contrato-Programa a celebrar entre a Associação Desportiva, Cultural e Recreativa “A Serrana” e o Município de Peniche;

13) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a assunção do compromisso plurianual, no âmbito do Contrato-Programa a celebrar entre a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Peniche e o Município de Peniche;

14) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal relativo ao Contrato-Programa a celebrar entre a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Peniche e o Município de Peniche, para o desenvolvimento comunitário;

15) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a atualização dos Autos de Transferência de Competências com as Juntas de Freguesia do Concelho de Peniche;

16) Apreciação da proposta da Câmara Municipal para a parcela de terreno, sito na Avenida do Porto de Pesca, em Peniche (Grupo Desportivo de Peniche);

17) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para que os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento possam conceder apoio financeiro ao Centro Social do Pessoal da Câmara Municipal de Peniche.

5.º - Aprovação da minuta da ata.

A sessão foi aberta, pelo senhor Presidente da Mesa, eram vinte e uma horas e dez minutos, encontrando-se na sala vinte e quatro dos vinte e cinco membros que compõem a Assembleia Municipal de Peniche.

Os senhores Tiago Brás Correia (GCEPP), António José Antunes Vieira (PSD) e Bruno Pinto Cruz (PSD), encontravam-se a substituir os senhores Jorge Manuel da Costa Batalha (GCEPP), Francisco Manuel Pinto da França Salvador (PSD) e Nuno Rodrigo Sales Madeira (PSD), respetivamente, que comunicaram a sua ausência, nos termos do n.º 2 do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

Os senhores Licínio Pereira (GCEPP), Carlos Manuel Sousa Policarpo (GCEPP), Carla Alexandra Pereira Fernandes Delgado (GCEPP), David Pedrosa Antunes (GCEPP), João Carlos Rodrigues Viola (GCEPP), Sara Alexandra Oliveira Nunes (GCEPP), Rui Vasco Pereira Serpa Malheiros Cativo (GCEPP), Nuno Miguel Nobre Leitão (GCEPP), Joana Mafalda Batista Valério (GCEPP), Carlos Jorge Franco Luís (PSD), Rita Alexandra Santos Marçalo (PSD), Carolina Pereira Vala (PSD), Paulo Alexandre Simões Ernesto (PSD), Daniela Ramos Santos Ferreira (PSD), João André Carvalho Neves Silva (PSD), Jaqueline Machado Salvador (PSD), Rui Emanuel Pereira Lino (PSD), Marcelino Lourenço Pereira (PSD), Rita Alexandra Granada Mota (PSD), João Nelson de Sá Cipriano (PSD), Nuno Miguel Vala Castanheira (PSD), Quélia Filipa Esgaio Águeda (PSD), Luís Carlos Dias Pereira (PSD), Luís Filipe da Silva Cardoso (PSD) e Sónia Maria Simões Jordão Abreu (PSD), por serem os membros que se seguiam nas respetivas listas, também comunicaram a sua ausência.

Assistiram à sessão o Presidente da Câmara, senhor Henrique Bertino Batista Antunes (GCEPP), em cumprimento do estabelecido no n.º 2 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, e os Vereadores, senhores Ana Rita Trindade Petinga (GCEPP), Ângelo Miguel Ferreira Marques (PS), Cristina Maria Luís Leitão (PSD), Ana

Margarida Silva Batalha (PS), Maria Clara Escudeiro Santana Abrantes (CDU) e Emanuel de Sousa Bandeira (PSD).

A sessão foi secretariada pelo Diretor Municipal de Desenvolvimento e Governança, do Município de Peniche, Rui Vargas, coadjuvada pela Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças, Marina Luísa Duarte Nunes Viola.

ORDEM DO DIA:

Presidente da Mesa, Joaquim Farto (PS):

Disse o seguinte:

«Foi solicitado à mesa um pedido de intervenção antes de reiniciarmos os nossos trabalhos.»

Relativamente a este ponto, registaram-se as seguintes intervenções:

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse o seguinte:

«Na primeira reunião da sessão desta Assembleia foi, e bem, colocada uma questão, faz sentido aquilo que foi colocado, relativamente aos pontos da ordem de trabalhos e às matérias que acompanham cada um dos pontos, no entanto, na minha perspetiva houve a retirada de um ponto que não faz sentido e tem a ver com a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a atualização dos autos de transferência de competência com as Juntas de Freguesia do concelho, não faz sentido, porque a Câmara aprovou uma recomendação aprovada por unanimidade da Assembleia Municipal sobre o assunto, ou seja, a Assembleia Municipal, por proposta dos quatro Presidentes de Junta de Freguesia fez uma proposta de atualização dos valores dos autos de transferência de competências que andou a ser discutida e depois foi aprovada, portanto, não tem nada de extraordinário e a proposta que está ali está de acordo com a recomendação que a Assembleia aprovou, portanto, a Assembleia recomendou à Câmara para aprovar, a Câmara aprovou, agora a Assembleia não pode dizer à Câmara que não sabe da proposta, porque a proposta é sua, portanto, não faz sentido estar a retirar o ponto da ordem de trabalhos, mais, a retirada deste ponto da ordem de trabalhos tem consequências, consequência n.º 1, o ponto não é discutido até ao final do ano a não ser que haja uma Assembleia extraordinária para o efeito, que também pode ser requerida, e consequência n.º 2, se não for discutida até ao final do ano será discutida na Assembleia ordinária de fevereiro e que terá como consequência o recebimento a partir do mês de março, penso que não faz sentido nenhum. Proponho que a ordem de trabalhos voltasse a ser, relativamente a este ponto como ele estava, porque não há nenhuma justificação para retirar um ponto de uma proposta que é uma recomendação da Assembleia Municipal, no limite, isto não faz sentido nenhum.»

Luís Almeida (PSD):

Disse o seguinte:

«Se me recordo da situação, esta questão até tem duas propostas que se pensou que, eventualmente, seriam votadas em alternativa e os documentos em concreto não estão presentes, foi essa a razão pela qual nós tomámos esta posição. Nós percebemos o que o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, está a referir e percebemos a urgência da resolução desta questão, mas de facto o executivo não nos preparou os elementos concretos para nós nos podermos pronunciar, é a nossa posição.»

Carlos Miguel Amaral (PS):

Disse o seguinte:

«Nós corroboramos a proposta do senhor Deputado Luís Almeida, completamente de acordo, no conteúdo, com o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, mas realmente na forma nós não estamos munidos de todos os documentos necessários, portanto, eu proporia, se calhar até ao final do ano, que seja feita uma Assembleia extraordinária.»

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse o seguinte:

«Eu acho que é uma questão de bom senso, porque o ponto estava na ordem de trabalhos, os colegas, e bem, na semana passada retiraram o ponto, é legítimo, a questão é que não se pode evocar que existiam duas propostas, o que eu estou a colocar é que a Assembleia vai votar uma proposta que foi aprovada hoje em reunião de Câmara e que, relativamente aos valores, traduz na íntegra a recomendação da Assembleia Municipal. A Assembleia Municipal faz um conjunto de considerandos e depois diz à Câmara, face ao exposto, façam a atualização destes valores e a Câmara fez isso, o facto de existir uma proposta alternativa não tem problema nenhum, porque a proposta que é votada é aquela que a Assembleia recomendou à Câmara, agora estar a fazer uma Assembleia extraordinária só para este efeito que custa cerca de 3.000 euros, eu acho que é uma questão de bom senso entre todos deixar-mos este ponto para o fim da ordem de trabalhos, a Câmara fornece-nos a proposta que foi votada e estamos todos em condições de analisar.»

Margarida Martins (PSD):

Disse o seguinte:

«Quando é que o executivo nos vai fornecer a proposta para nós votarmos ainda hoje e de que modo. É votada a proposta do senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, de incluir novamente o assunto na ordem de trabalhos.»

A Bancada do Partido Social Democrata não se opõem à votação desta proposta do senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, mas gostaríamos de esclarecer alguns pontos: a proposta que havemos de votar não nasce do executivo, mas sim de uma proposta dos Vereadores do Partido Social Democrata, que foi aprovada hoje, em alternativa a uma proposta da Câmara, ou uma ou outra, por isso, verdadeiramente, esta proposta não era a proposta que estava inicialmente prevista quando a ordem de trabalhos foi idealizada, então, assim sendo, nós não nos opomos em inviabilizar a transferência destas verbas para as freguesias, no entanto, só esclarecer que, efetivamente, haviam mais propostas, não havia só uma, e esta proposta dos Vereadores do Partido Social Democrata realmente baseia-se na recomendação feita pela Assembleia Municipal, até porque haviam propostas com valores mais baixos, penso eu também uma proposta do próprio senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei.»

Susana Esperança (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Aquilo que está a ser solicitado vai abrir um precedente, apesar de ninguém estar contra e de todos percebermos a posição do senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei e estarmos todos muito solidários com a questão financeira, que depois só chegaria em fevereiro, a minha questão aqui, e acho que é muito importante refletir, é por que é que na semana passada ninguém teve a capacidade de se lembrar disso, porque foi preciso uma pessoa vir esta semana expor em cima da mesa a questão e agora parece que todos estão muito solidários, a semana passada

já era assim, sabiam que adiando o ponto isto ia acontecer, porque o ponto não estava e agora também não está, a decisão de adiar o ponto sabiam-na, portanto, quando o fizeram sabiam que a reunião não ia mais acontecer, aliás, está gravado, houve uma pessoa nesta Assembleia que perguntou assim: “só para esclarecimento, se não for votado nesta, na próxima também não vai ser, certo” e a resposta foi “exatamente”, agora estamos aqui, porque alguém refletiu e viu de outra maneira e vem para uma Assembleia apresentar de uma maneira mais sensível e todos ficam muito solidários, desculpem mas isto é ridículo e é abrir um precedente.»

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d’El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse o seguinte:

«Eu ficou de boca aberta, só para chamar à atenção que a ordem de trabalhos, em último recurso, é da nossa responsabilidade, quem convoca a Assembleia é o Presidente da Assembleia, mas a Assembleia tem o poder de alterar a ordem de trabalhos, portanto, aquilo que eu fiz é no quadro daquilo que é a minha responsabilidade individual e não tenho nada de estar mais ou menos sensível à decisão da semana passada, como membro da Assembleia Municipal eu posso propor sempre, em qualquer reunião, propostas de alteração à ordem de trabalhos, posso e devo, é um dos direitos que tenho como membro da Assembleia Municipal.

Sobre a questão em concreto, chamar à atenção que, depois da decisão tomada, nós temos dois caminhos, ou voltamos a incluir o ponto na ordem de trabalhos, até porque a deliberação foi tomada hoje, há uma deliberação efetiva, é só distribuir, ou eu faço parte, certamente, de um grupo que vai requerer uma Assembleia Municipal extraordinária para discutir o assunto, ainda em dezembro, e que vai custar à Câmara Municipal cerca de 3.000 euros, para evitar que a Câmara gaste este valor numa Assembleia Municipal estou a sugerir que o ponto seja incluído na ordem de trabalhos, se acham que isto não é equilibrado, eu não sei o que é equilíbrio.»

Henrique Estrelinha (PS):

Disse o seguinte:

«Relativamente àquilo que foi aqui dito, houve um acordo de cavalheiros de líderes de bancada, na última Assembleia, de retirar o ponto e que já não se votava este ponto nesta sessão, fosse qual fosse a reunião, portanto, estava mais do que decidido de que não íamos votar este ponto, com todo o respeito pela forma como o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d’El-Rei apresentou o seu ponto de vista e sensibilidade que o ponto tem, agora se há um acordo vamos respeitá-lo.»

Luís Almeida (PSD):

Disse o seguinte:

«A posição da Bancada do Partido Social Democrata é que é verdade que houve um acordo em que os pontos eram retirados, porque não tínhamos elementos para analisar e, no concreto, esta proposta nem sequer estava aprovada, no entanto, temos a consciência que a Assembleia é soberana na decisão de alteração da ordem de trabalhos, se assim o entender, daí a razão da votação e, no nosso entender, não temos qualquer problema em que essa votação seja feita e depois a decisão da Assembleia é a que vai imperar, portanto, julgo que não há aqui uma questão de palavra, estamos perante uma situação diferente, neste momento há uma proposta aprovada pelo executivo a qual nós conhecemos e, portanto, é isso que muda e que faz sentido votarmos eventualmente a alteração da ordem de trabalhos e depois cada grupo terá a sua posição, naturalmente.»

Deliberação n.º 48/2024: Considerando que o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, não esteve presente na primeira reunião da sessão de novembro da Assembleia Municipal, realizada em 29 de novembro, propôs que o assunto referente à atualização dos Autos de Transferência de Competências com a Juntas de Freguesia do concelho de Peniche, ponto quinze, fosse reintegrado na ordem do dia.

O senhor Presidente da Mesa, colocou à votação a inclusão do assunto na ordem do dia, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tendo a mesma sido **rejeitada**, por maioria, com doze (12) votos contra, dos membros eleitos pelo Partido Socialista e pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche, uma (1) abstenção, do membro eleito pelo Chega, e onze (11) votos a favor, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata, pela Coligação Democrata Unitária e pela senhora Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Lopes, eleita pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

(continuação)

4) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, PARA O ANO DE 2025:

A Assembleia passou à apreciação do quarto ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse o seguinte:

«Fosso das Murallas, é obvio para todos que continua a drenar esgoto para o Fosso das Murallas apesar da grande intervenção que foi feita de limpeza e foram muitos milhões de metros cúbicos de tudo o que foi retirado, julgo que todos nós sentimos alguma insatisfação quando passamos por ali, vemos a maré mais vazia e verificamos que há esgoto a correr para o fosso. A primeira questão que coloco é se os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, relativamente a esta matéria, que é uma matéria difícil, estão a acompanhar, a monitorizar e a intervir com o objetivo de minimizar os impactos desta realidade.

Queria perceber melhor a situação do reservatório de Ferrel. Já percebi que a empresa deve ter ido embora, o que eu precisava de saber era se, relativamente à obra, os Serviços Municipalizados desenvolveram um novo concurso e se é isso que está, neste momento, em cima da mesa com o objetivo de realizar a obra que é o objetivo de todos.

Uma outra questão que o senhor Presidente da Câmara e o Presidente do Serviços Municipalizados de Água e Saneamento falaram, relativamente à qualidade da água da barragem. A questão que eu coloco é, de forma a garantir essa mesma qualidade da água da barragem, se relativamente aos agricultores que utilizam os terrenos na zona envolvente à barragem tem sido feita alguma ação de esclarecimento ou de informação, no sentido de os ganhar para uma causa que é de todos, que é a qualidade da água da barragem. Todos sabemos que é uma luta difícil, porque

uma coisa às vezes colide com a outra, a agricultura colide com a questão da barragem, mas julgo que nunca é demais os Serviços Municipalizados desenvolverem um papel pedagógico junto dos agricultores. Perguntava se tem sido feita alguma coisa e se está previsto para o ano de 2025, em termos das Grandes Opções do Plano e do Orçamento dos Serviços Municipalizados, continuar esse trabalho.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Em relação ao Fosso e a questão do esgoto no Fosso, não sei se é assim tão evidente. Para nós é evidente uma situação que tem que ver com o Porto de Pesca que, de vez em quando, detetamos, que tomamos medidas e que ainda esta semana tomámos. Em relação àquilo que se diz que é o esgoto, conheci duas situações, uma delas no Quebrado, há muitos anos, que não tem nada a ver com esta situação, mas é quando alguém coloca saneamento na rede pluvial, essa é a questão. No ano passado tivemos uma experiência e eu teimei, como sabem, às vezes sou muito teimoso, e também fui teimoso nisso, que foi aquela situação desagradável, que desagradou a todos, e foi muito falada nas redes sociais, que teve a ver com a praia da Consolação e nós tomámos uma decisão nos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de ir fazer uma avaliação a toda a rede pluvial na Consolação, só se consegui detetar uma infração, ou seja, no sistema que filmou todas as condutas principais, só um. Logicamente que para nós é uma surpresa, deveria ser muito mais, aliás, tenho para mim que provavelmente os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento vão ter de encarar, mais tarde ou mais cedo, a construção de um novo sistema para, pelo menos no verão, enviar o pluvial inclusive para trás, para outra estação elevatória, porque o que acontece é exatamente isto, na cidade deve ser uma coisa monstruosa. Se formos às várias condutas que existem de pluvial para o fosso, a mais conhecida é esta aqui, por fora das casas de banho. Mas existem outras, por fora da Nau, uma que antigamente era da Ramírez, que era perto da Ramírez quando a Ramírez punha saneamento no pluvial era o fosso todo, existe outra lá mais acima junto próximo onde era o limite do campo do Grupo Desportivo de Peniche. Existem várias condutas. Eu diria que seria desejável, mas é quase impossível detetar com os recursos e os meios que temos. Não digo que não seja possível, mas para nós a prioridade, em termos de saneamento foram aquelas que já falámos muitas vezes, como os Bolhos, Geraldês, a Bufarda, os Casais Brancos e agora os Fetais, essas foram as prioridades. Admito que isso deva ser pensado e equacionado uma situação dessas, mas vai ser muito complicado, porque as condutas na cidade são muito velhas. Mas é possível detetar algumas. Em relação a isso, é a minha opinião, e vale o que vale, mas acredito que com os investimentos que estão por vir, será uma evidência maior nos próximos anos, e provavelmente será necessário fazer grandes investimentos com esse objetivo. Vai ser necessário, porque uma das candidaturas que vamos apresentar ainda este mês, e que já foi aprovada pela Câmara, é a intervenção no Portinho do Meio. Quando o Portinho do Meio estiver recuperado, com a eclusa estiver a funcionar, quando as rampas estiverem reparadas quando as muralhas estiverem reparadas quando os degraus das escadinhas estiverem reparados, se conseguirmos controlar e dosear as águas dentro do fosso, temos condições para criar atividade, tanto aqui em baixo como na área onde ficava o Clube Naval. Portanto, aí provavelmente, vamos ter de tomar medidas. Até lá, acho que é pertinente, interessante termos consciência desse problema, uma situação que já falei muitas vezes e que outras pessoas também falam. Contudo, acredito que devemos encarar isso como uma oportunidade para o futuro, mas neste momento ainda não é a prioridade.

Em relação ao reservatório de Ferrel, tivemos um problema com o empreiteiro. Infelizmente, não posso falar muito sobre isso, porque está no tribunal, então não vou falar muito no processo. Estamos à espera os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento já responderam

corretamente, aliás, não são os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento que respondem, é o município, pois o processo é em nome do município, já responderam ao processo e espero que o tribunal resolva de pressa. Porque a intenção é lançar outro concurso rapidamente. Não vou dizer publicamente o que penso sobre isso, mas desde o início achei que o processo iria correr mal, pela análise que fiz. Depois de começar a correr mal, procurámos fazer com que corresse bem, fizemos tudo dentro do possível, mas agora não posso falar mais do que estou a dizer, mas o objetivo é que o tribunal resolva e nós lançamos um novo concurso, acho que é muito difícil conciliar este processo com o empreiteiro, isso posso dizer, é a minha opinião e vale o que vale. Portanto, o tribunal vai resolver e nós estamos a procurar que resolva rapidamente para depois decidirmos o que fazer em seguida para além de lançar o novo concurso, o processo está pronto só temos de lançar o concurso por um valor superior, acho que é um milhão e duzentos mil e depois vamos ter de fazer outras coisas e lógico que o Serviços Municipalizados de Água e Saneamento não pode ficar prejudicado por isso.

Em relação à qualidade da água da barragem, falámos sobre isso há dias com o Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador, vamos precisar falar com os agricultores, por causa do caminho e provavelmente vamos ter uma oportunidade para abordar essa questão, que na minha opinião, deveria ter sido hoje, isto é fácil avaliarmos depois das coisas acontecerem, mas na altura que se adquiriram as propriedades em volta da barragem, se calhar devíamos ter ido mais além e cortar mais a cima pelo menos para a agricultura. É uma evidência e é só com a colaboração dos agricultores é que podemos minorar os efeitos, logicamente, que toda a água que sai da barragem é tratada e em condições para beber, aí não falhamos e é uma preocupação permanente, e neste momento está em cima da mesa, já fomos a CCDD-Centro avaliar essa possibilidade, ou através de candidatura ou com capitais próprios, de adquirir um sistema de controle, inclusive para as algas que já existem novas tecnologias. Os nossos técnicos estão atentos a isso e acredito que será uma medida a ser tomada em 2025 ou 2026.»

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse o seguinte:

«Queria apenas reforçar a grande necessidade, porque foi essa a ideia com que fiquei antes desta intervenção do senhor Presidente, era que se iam desenvolver esforços para lançar um novo concurso para o reservatório, ou percebi mal ou fiquei com uma ideia diferente.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento só podem lançar o concurso quando o tribunal decidir, é um processo fácil, não é um processo difícil, na minha opinião, já o referi, e os advogados que estão a trabalhar com os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento também nos dão garantias de confiança, porque já trabalharam noutros processos já os ganhamos, e acho que correu muito bem, eu sinceramente não estou pessimista neste processo, acho que o tribunal em breve resolverá porque é daqueles processos que é quase certo que nem há julgamento, o próprio tribunal perante a acusação e perante a defesa vai resolver. Avançar com uma empreita sem o processo estar resolvido, os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento estará sujeito a pagar duas empreitadas, é impossível, mas estou otimista sinceramente.»

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse o seguinte:

«Percebi, não é uma imposição legal, é uma questão de cautela e já percebi.»

Deliberação n.º 49/2024: Submetida a proposta (n.º 21432/2024) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por unanimidade, com vinte e quatro (24) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), pelo Partido Social Democrata (7), pelo Partido Socialista (6), pela Coligação Democrática Unitária (3) e pelo Chega (1), aprovar as Grandes Opções do Plano dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Peniche, para o ano de 2025.

5) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA OS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, PARA O ANO DE 2025:

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do quinto ponto da ordem do dia, apenas usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino, que fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por unanimidade, em reunião ordinária, realizada no dia 18 de outubro de 2024.

Deliberação n.º 50/2024: Submetida a proposta (n.º 21432/2024) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por unanimidade, com vinte e quatro (24) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), pelo Partido Social Democrata (7), pelo Partido Socialista (6), pela Coligação Democrática Unitária (3) e pelo Chega (1), aprovar os Documentos Previsionais dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Peniche, para o ano de 2025.

6) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O MAPA DE PESSOAL DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, PARA O ANO DE 2025:

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do sexto ponto da ordem do dia, apenas usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino, que fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por unanimidade, em reunião ordinária, realizada no dia 18 de outubro de 2024.

Deliberação n.º 51/2024: Submetida a proposta (n.º 21432/2024) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e atendendo ao preceituado no n.º 3 no artigo 28.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, por unanimidade, vinte e quatro (24) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), pelo Partido Social Democrata (7), pelo Partido Socialista (6), pela Coligação Democrática Unitária (3) e pelo Chega (1), aprovar o Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Peniche, para o ano de 2025.

7) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS IDENTIFICADOS EM ORÇAMENTO E AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE OUTROS COMPROMISSOS PLURIANUAIS EM QUE OS ENCARGOS FINANCEIROS NÃO EXCEDAM O LIMITE DE 99 759,58 EUROS EM CADA ANO - SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO:

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do sétimo ponto da ordem do dia, apenas usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino, que fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por unanimidade, em reunião ordinária, realizada no dia 18 de outubro de 2024.

Deliberação n.º 52/2024: Submetida a proposta (n.º 21439/2024) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, por unanimidade, vinte e quatro (24) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), pelo Partido Social Democrata (7), pelo Partido Socialista (6), pela Coligação Democrática Unitária (3) e pelo Chega (1):

1. Conceder ao Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento autorização prévia favorável para a assunção dos compromissos plurianuais previstos no Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Peniche, para o ano de 2025, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugado com o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/12, de 21 de junho.

2. Delegar no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento a autorização para a assunção de compromissos plurianuais, não previstos no Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Peniche, para o ano de 2025, que não excedam os 99 759,58 euros em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução não exceda os três anos, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro. Os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da presente delegação serão dados a conhecer à Assembleia Municipal.

8) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DO MUNICÍPIO DE PENICHE, PARA O ANO DE 2025:

A Assembleia passou à apreciação do oitavo ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal.

Carlos Miguel Amaral (PS):

Disse o seguinte:

«Sobre estes três eixos que são referidos na mensagem do senhor Presidente da Câmara Municipal, nada muda em relação ao que eu já tinha referido nas Grandes Opções do Plano de

2024. A Estratégia Local de Habitação continua com os atrasos, como referiu, e nada acontece nem nada vai acontecer para 2025.

Sobre o Vale do Grou, a Assembleia Municipal já se pronunciou e aguarda-se o tal estudo de viabilidade económica que eu também já tinha referido há um ano.

Na educação, neste momento, o culpado é a descentralização e o Covid, sendo que nestas duas matérias são transversais a todos os municípios, como mantenho a minha opinião, uns fazem e têm resultados, outros queixam-se, mas isso eu também já tinha referido, portanto, relativamente a estes três eixos. O que retenho aqui na sua mensagem é que, à medida que a gente vai correndo o documento, se nota a utilização excessiva do ponto de exclamação, mas retenho esta frase: “com a experiência que todos nós vamos adquirindo, sabemos que as Grandes Opções do Plano não podem ser em si mesmos um documento fechado, acabado ou determinado, sendo acima de tudo uma obrigação legal a que temos de responder ano após ano e que é elaborado de acordo com o que se pensa ser possível fazer no ano seguinte.” Senhor Presidente, tenho-lhe a dizer que não aprendeu nada, não é apenas só uma obrigação legal, é muito mais do que isso, é uma visão básica que nos deveria preocupar a todos. As Grandes Opções do Plano e o Orçamento são os documentos de política e gestão mais importantes para o desenvolvimento dos municípios e é o último do seu mandato. Depois da mensagem de boas-vindas, vemos alusões a várias áreas, não encontro aqui nada relacionado com o desenvolvimento económico, criação de emprego, fixação de jovens na terra, apoio ao empreendedorismo, captação de investimento e investidores, mas é aqueles que investem, apenas menções ocas de substrato.

Agora temos o que se escreve, o que se vai fazer no ano seguinte, ou como disse, o que se pensa ser possível fazer, que é o que refere, e o que está no orçamento para tal, então é assim, recursos humanos e mapa pessoal. O que é que temos? Temos criação de 171 postos de trabalho, sendo 121 deles por recrutamento direto, uma média de 10 trabalhadores por mês, já não irei falar dos 50 cargos dirigentes a ocupar, que irá também, obviamente, aumentar as despesas correntes, que eu já irei falar. Com a mensagem de: “por isso, e repito muitas vezes, é preciso procurar gastar bem”, mas calma, como refere, “considero que estamos a meio de uma alteração substancial da forma como se pode gerir uma Câmara Municipal, dotando-a de meios e de recursos que possam permitir as mudanças necessárias”. Eu pensei que agora, em 2024, já tínhamos arrumado a casa, mas ainda vamos a metade de arrumar a casa. Neste aspeto, só para dar aqui uma noção, recordam-se de eu ter falado da formação profissional do ano passado? Pois bem, este ano, para a formação profissional e capacitação dos trabalhadores da Câmara Municipal de Peniche temos 28.950 euros, menos 4.000 euros do que o ano passado, portanto, em vez de levarmos 7 trabalhadores por mês a formações, se tudo correr bem, passamos a levar 5.

Educação, requalificação, manutenções, conservação, continuamos com valores irrisórios, só para fazer número, porque para ir buscar fundos comunitários também tem de se querer, portanto, isto é tudo por prioridades.

Cultura, destaco aqui que só para o ano vai ser definida a localização, já falou, planificação e programação do futuro Museu Municipal, estando previsto em orçamento para o ano 2025, três milhões de euros. Referiu através de empréstimo, mas no orçamento não refere nada disso, aliás, é a partir de capitais próprios, portanto, se tudo correr bem, em 2025, porque está previsto para 2025, teremos o museu. De notar que em 2024, caso se recordem, estava previsto na rubrica aquisições o Museu Marítimo de Peniche, mas como também só estava orçamentado 500 euros, mesmo assim, não se concretizou. Também refere aqui o projeto Rotas das Praias de Peniche, mas não está previsto em orçamento, portanto, das duas uma, ou não custa, ou não se faz.

Jardim Principal, previsto para 2025, 181.000 euros, em 2024 estava previsto 160.000 euros e nesse mesmo orçamento previa-se que em 2025 seria um gasto de 340.000 euros, se nada foi feito em 2024, em 2025 ainda temos menos dinheiro para fazer, portanto, estava previsto

340.000 euros, agora temos previsto apenas 180.000 euros, é só perder algum tempo e facilmente sinalizam incoerências e, por conseguinte, pouca obra feita.

Centro de Reabilitação CROA, nada se fez em 2024 e temos praticamente o mesmo valor para 2025, nem uma palavra sobre esta matéria. Vamos continuar a ter animais deixados à noite com trela à porta das instalações precárias, diga-se, ou projetados pelo muro do mesmo.

Em termos de cenário macrofinanceiro, este orçamento em relação a 2024, no lado da receita, verificamos uma diminuição nas vendas de bens e impostos diretos, e uma dependência cada vez maior das transferências correntes. No lado da despesa corrente, mesmo que se destine a uma diminuta diminuição das despesas de pessoal e das aquisições de bens e serviços, as mesmas se totalizam em 2025, 85% da fatia das despesas correntes. Nas despesas com capital, houve um aumento em relação a aquisições. Isto diz-nos o seguinte, o histórico comprova que, se por um lado as despesas correntes são executadas como nós sabemos, com taxas próximas dos 100%, ou seja, ninguém vai deixar de pagar ordenados, vencimentos, subsídios, já em relação às despesas de capital, as mesmas nem por sombras têm taxas de execução dessa grandeza, por essa razão, em sede de prestações de contas elenquei cerca de um milhão de euros deste tipo de despesas que não foi executada, leia-se, obra feita e a utilizar.

Não me faltam exemplos, mas 2024 foi o que foi, e 2025, muita parra e pouca uva, é só olhar para o orçamento, pode dizer o que quiser, que agora é que é, que agora é que estão reunidas as condições, para mim é mais uma mão cheia de nada, não responde aos problemas existentes no Concelho e nos municípios, sem operacionalização direta ou peso político, isto é muito importante, sobre os órgãos decisores da Administração Central, como tem sido demonstrado neste mandato, nas áreas da saúde, segurança, habitação, tendo em conta os fundos comunitários estrategicamente nas áreas económicas e sociais, tal como mostra o recente diagnóstico social.

Por todos esses motivos atrás mencionados, irei de novo votar contra estes documentos.»

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse o seguinte:

«Relativamente aos documentos das Grandes Opções do Plano e Orçamento eu tenho sempre a mesma abertura, por um lado relativamente à minha freguesia quando inclui aspetos que nós queremos tem sempre o nosso apoio, não temos qualquer dificuldade, até porque e nós somos de uma autarquia, estamos a falar aqui do orçamento do município e naturalmente também não gostamos de ver os nossos documentos na freguesia com votos contra e abstenção, gostamos sempre que eles sejam aprovados por unanimidade, isto é uma questão de princípio, aliás não gostei rigorosamente nada de ver orçamentos como o de Setúbal ou de Viana do Alentejo reprovados, porque sim, foram reprovados, acho que é uma má conduta dos partidos que os chumbaram.

Relativamente aos documentos que temos aqui, relativamente à questão orçamental o que está cá não tem discussão, são os números é os que correspondem ao trabalho que foi feito e queria agradecer à equipa da senhora Vereadora Ana Rita Petinga, o trabalho que fez, porque sei como é difícil fazer estes documentos, porque fiz por doze anos consecutivos, portanto, sei a dificuldade que é e depois há uma dificuldade que é tremenda, é que nós queremos incluir tudo no orçamento e não é possível, aliás, eu acho que estes orçamentos têm de ser cada vez mais de acordo com as orientações do SNC-AP, têm de ser mais corretos e mais rígidos.

Relativamente às Autarquias aquilo que me preocupa mais é que nós estamos em anos de orçamento de estado com excedentes orçamentais, isso é muito bom, mas vai haver um ano em que isto volta à realidade e depois vamos ter dificuldades na arrecadação de receitas e vamos ter muitas. Para o ano estamos salvaguardados, 2026 ainda está salvaguardado, mas se acontecer aquilo que se fala, porque a Alemanha já tem recensão económica, nós vamos ter problemas profundos na europa e depois da guerra vamos ver o que vem aí e isto é um aviso à navegação, porque os

orçamentos têm de ter em conta esta realidade flutuante da economia mundial, não é só nacional nem europeia, isto a propósito de alguns impostos, por exemplo, o IMT. O IMT ganhou uma importância nos últimos anos que nunca teve, o IMT atingiu nos últimos dois anos, em termos nacionais, valores superiores ao IMI, isto nunca tinha acontecido, mas atenção que isto é um ciclo económico e estes ciclos raramente voltam a acontecer, portanto, atenção às expectativas e eu estou a falar nisto, porque quando chegamos ao conjunto de candidaturas a desenvolver e que estão aqui elencadas, é verdade que nós só vamos ter avisos, quase todos eles, abertos ao meio de ano que vem, 2025, portanto, nem vão ter grande repercussão em termos de obra, não vão ter nenhuma, em 2025, o mais que podem ter é em 2026, porque depois de abrir os avisos é preciso apresentar as candidaturas, é preciso lançar os concursos, é preciso iniciar a obra, concluir a obra e vamos dormir sentados até que elas seja feitas, isto demora tempo, é por isso que têm estes procedimentos todos. Esta questão dos avisos que vão abrir a meio de ano, isto foi dito há poucos dias no Algarve e assumido pelo senhor Primeiro-Ministro e Ministro da tutela desta área, portanto, a abertura dos avisos só nessa altura vai de certa forma condicionar o ano 2025. Depois temos outra condicionante em 2025 que são as eleições autárquicas, finais de setembro, início de outubro no máximo. Temos outra condicionante que é preciso chamar à atenção, pela primeira vez há Autarquias, Presidentes de Câmara e Presidente de Junta de Freguesia que estão a receber da Comissão Nacional de Eleições coimas por atos que cometeram nas últimas eleições e são coimas elevadíssimas por causa da questão da propaganda que fazem a partir do momento que as eleições são convocadas. Há Presidentes de Câmara que têm coimas de 15.000 euros para pagar, portanto, fica aqui o aviso à navegação, não estou a dizer que é para o senhor Presidente de Câmara, porque todos nós somos autarcas.

Relativamente às questões que são colocadas nas Grandes Opções do Plano, o senhor Presidente de Câmara aqui na mensagem que faz, chama aqui à atenção e deixa uma crítica clara à ausência da transferência de habitação dos Bairros Santa Maria, Prageira e Pescadores, isto é uma crítica aos Governos, ao que foi embora e ao que está presente.

Relativamente à zona industrial do Vale do Grou, já foi aqui assumido que vamos ter de aguardar pelo estudo económico para depois tomar as decisões que se impõe.

Sobre a Educação, é aquilo que dissemos aqui quando este assunto foi discutido, que a transferência de competências na área da educação ia ser aquele problema que todos já discutimos aqui numa Assembleia este ponto, especificamente, mas que tem consequências no orçamento da Câmara, desta e de todas as Câmaras. Foi uma transferência mal feita, uma transferência para transferir o que era despesa para os municípios e que não foi acompanhado com aquilo que se chama o envelope financeiro e que é preciso continuar a insistir que os valores ainda não estão de acordo com aquilo que devem estar. Nós temos um problema acrescido, é que a proximidade dos autarcas com os agrupamentos e agentes de ensino, e fazem isso sem qualquer intenção negativa, querem sempre mais um funcionário, querem sempre mais isto e aquilo, isto é mais despesa e aqui não há margem para dúvidas, a proximidade também nesta matéria não nos ajuda, pelo contrário, prejudica.

Há uma outra matéria que é mais preocupante, nós somos a favor dos aumentos salariais e quanto mais pessoas receberem salário, melhor, estamos todos de acordo com isso, mas depois o Orçamento de Estado não dá essa diferença, basta ver o que aconteceu com o salário mínimo nacional, o aumento que ele teve e que por sua vez as autarquias não receberam esse valor. O Salário Mínimo Nacional passou de 485 euros para 870 euros, em poucos anos, e as autarquias não foram ressarcidas dessas diferenças, estamos a falar do dobro, não é o dobro do valor dos 870 euros, é dos 870 euros mais os respetivos encargos, e isto tem de se pagar, mas era justo que quem decide, que é o Parlamento, decidisse também que devia compensar as autarquias por esta realidade

que para os trabalhadores é muito boa, mas para as autarquias não é e deveria ser boa para as autarquias e, acima de tudo, boa para os trabalhadores.

O senhor Presidente falou na segurança e eu pensava que ia falar que o posto da GNR ia ser inaugurado para o ano e não vai, aliás se lançarem a primeira pedra para o ano já é bom, porque a construção não há quartel da GNR, e foi uma expectativa criada aqui desde o início do mandato. A Câmara Municipal fez o seu trabalho e foi dada a informação aqui a pouco, o loteamento está feito, e a obra? Onde é que ela está? É difícil. A GNR continua aqui na cidade, aliás, cada vez está mais dentro da cidade, já esteve mais próxima da Fortaleza agora já está mais para interior, cada vez está mais longe do mundo rural.

Relativamente à Saúde, senhor Presidente eu tenho de dizer, se há alguma coisa que eu não gosto nesta mensagem é porque eu acho que ela não é suficientemente crítica como deveria ser relativamente ao poder central. Aquilo que o Governo do Partido Socialista fez ao Hospital de Peniche foi das coisas piores que nos aconteceu na saúde desde o 25 de abril, aquilo foi tratar o Hospital de Peniche de forma indecente, até ao seu encerramento, é o que está em causa, é que se fechar as urgências, o que é que resta? E na prática, as urgências têm estado muitos dias fechados nos últimos tempos, isto foi a pior coisa que fizeram. Agora temos um outro problema, que são as extensões de saúde, e sobre as extensões de saúde, o que é temos, o mesmo problema, não temos médicos e segundo ouvi hoje há mais uma médica que vai embora, que é uma má notícia, cada um que vá embora, é uma má notícia, agora, eu acho que o senhor Presidente na Oestecim, não acompanho as reuniões, estou a dizer isto porque é a minha opinião, mas acho que esta questão tem de ser muito mais discutida, porque nós tivemos esta semana cerca de 450 jovens médicos que juraram lá no seu curso e vamos lá ver se vem algum para esta zona, porque o último concurso de médicos que houve aqui no Oeste foram colocados quatro, sabem onde é que eles ficaram não sabem, estão ali ao lado, para aqui não veio nenhum e nós até temos boas condições para eles virem para cá, temos tudo, mar, bom peixe, boa comida, temos boa temperatura, até equilibrada, não tem frio não tem nada, mas eu acho que esta crítica, relativamente ao poder central, devia ser muito severa nesta mensagem, eu acho que o senhor Presidente aqui pecou por não ir mais longe na crítica que fez.

Uma palavra que foi usada aqui, que achei muito interessante, foi a palavra “radar”, o radar social, e no radar lembro-me sempre no radar nesta altura do ano que anda aí uma rapaziada com o radar bem atento para nos multar a todos quando atingimos o excesso de velocidade, só que, o excesso de velocidade que nós atingimos obviamente somos apanhados, é pago, mas este pessoal que está há 9 meses no Governo, este Governo, não está a ajudar nada em todos estes assuntos que eu acabei de colocar e eu acho que o senhor Presidente da Câmara Municipal de Peniche, o executivo municipal, depois do Natal tem de criar aquilo que se chama o alarme social, e se for preciso fazer aquelas manifestações como se fez há um tempo atrás em frente à Câmara Municipal, acho que se deve voltar a fazer até os problemas essenciais do concelho estarem resolvidos, custe a quem custar e quem não quiser acompanhar, amigos como antes.

Taxa turística, já percebemos que temos uma boa notícia para a Câmara Municipal os cofres da Câmara Municipal agradecem aqueles 300.000 euros que certamente num futuro próximo podem se dobrar e quase triplicar, segundo o senhor Presidente.

Considero que uma coisa é as transferências de competências na área da Educação e que acabou por ser um fardo financeiro para a Câmara Municipal, outra coisa é o investimento que o Município faz na área da educação, são duas coisas que deve ser, apesar de tudo, distintas. Considero importante o valor previsto relativo às refeições escolares, isso significa que é desta forma, e estou muito à vontade porque desde quando estive na Câmara tive sempre a mesma preocupação, tanto eu, quanto a senhora Vereadora Clara Abrantes, tivemos sempre a preocupação que as nossas crianças precisavam de ter refeição escolar, precisavam de fruta escolar, precisavam

de ter o leite escolar, porque em alguns casos, para algumas crianças, aquela refeição escolar é a refeição do dia, acho que isto é muito importante, portanto, o investimento está aqui, passar de 1.500.000 euros para 1.863.000 euros merece o meu registo, o meu aplauso por isso.

Relativamente aos transportes escolares, é inevitável o aumento que está aqui colocado.

Relativamente à comunidade cigana, eu acho que este texto está muito bem cuidado, mas não nos informa, ou seja, eu percebo que o trabalho com a comunidade cigana em contextos educativos-sociais é este e para quem como nós que estamos nas freguesias acompanhamos, verificamos, e bem, que as crianças de etnia cigana vão-se integrando aos poucos na escola é isto mesmo que deve ser feito, é um bom trabalho, mas o que faltava aqui era nós perceber, relativamente à etnia cigana, como é que a Câmara tem resolvido os problemas da habitação. Nós sabemos, porque ouvimos de alguns casos que as pessoas tiveram casa e eu não tenho nada contra isso, mas não está cá essa informação era o que queria dizer.

A questão da transferência de competências para as freguesias e os acordos de obra está aqui Atouguia da Baleia, Ferrel, Peniche, faltou a Serra d'El-Rei, mas já percebemos que foi por lapso e, naturalmente, aqui a proposta que nós fizemos relativamente à ciclovia era bom não esquecer.

O ano 2025, o ano diferente, começa com 2024, aqui eu acho que não foi feliz, não deveria ser assim, acho que o 2024 já deveria ter sido objeto de avaliação anteriormente, mas relativamente aqui ao museu da responsabilidade municipal eu acho que a Câmara, sempre que tiver oportunidade de adquirir património o deve fazer, acho muito bem, há uma prática que se tem mantido e deve ser feito dessa forma. Relativamente àquilo que o senhor Presidente falou, relativamente aos conteúdos do museu, eu acho que eles devem ser vistos com muito cuidado. Nós temos experiências muito diferentes no país de museus, vou falar de dois que conheço particularmente bem, um é o de Portimão em que a construção naval tem uma importância muito grande em termos de conteúdo e outro é o museu de Ovar, têm uma coisa interessante é que são muito grandes, eu temo que não dar importância a setores que o Presidente referiu, como a construção naval, como a questão das conserveiras, toda a área marítima que nós temos e estar mais preocupado com aquilo que temos de incluir do que temos das rendas e outros ali, eu acho que pode não ser a boa solução, portanto, acho que deve haver uma solução de equilíbrio, mas acima de tudo devíamos potenciar muito o Museu do Mar que é isso que nos faz muita falta.

Sobre a Fortaleza de Peniche, dizer que tem sido um sucesso a abertura do Museu da Resistência, um sucesso, basta ver. Eu quero dizer-vos que felizmente eles vêm aqui e depois vão à Serra d'El-Rei também ao museu, acaba por ser bom para nós também, mas há uma coisa que me preocupa que é, a entrada no museu, tem muitas entradas que são pagas, entra muito dinheiro nos cofres do Estado Português. Chamo à atenção que quando nós discutimos o problema da Fortaleza e a intervenção que foi feita, nós sempre dissemos que queríamos que a cultura fosse mais longe em termos de reabilitação da Fortaleza de Peniche, porque há lá muita zona com muralha que tem de ser objeto de intervenção e não foi toda. Já nem vou falar daquela polémica que houve com a cor, porque agora acho que já está mais dissipada, a polémica, mas, independentemente disso, o que é preciso é intervir no resto do edifício do monumento, portanto, se o Estado está a receber, e não é tão pouco como isso, entradas esse dinheiro deve ser direcionado para ir melhorando aquele espaço e Peniche precisa muito dele, portanto, acho que a Câmara deve fazer o seu trabalho.

Por último, no último parágrafo, o senhor Presidente diz que reassumimos que as principais prioridades devem continuar a ser, e bem, digo eu, a Educação, a Saúde e a Habitação e eu acrescentava: e a rede viária. Quer dizer, nós precisamos de ter melhores estradas, as estradas que temos hoje não são boas, bem pelo contrário, estão em muito mau estado, portanto, a rede viária tem de ser, conjuntamente com estas, que são estruturantes, uma das intervenções prioritárias do município de Peniche.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Posso começar por dizer que quando as receitas vão para um lado, não podem ir para outro, isto não estica, quando a senhora Vereadora Ana Rita Petinga começou a fazer o orçamento, só de uma divisão eram 50.000.000 euros e depois é muito complicado. Eu posso dizer que concordo com algumas questões que o senhor Presidente da Serra d'El-Rei referiu, eu já no outro dia disse que quando me for embora há decisões que algumas pessoas estão a tomar ou a obrigar a tomar que depois vão ter de revertê-las e eu sei do que é que falo, porque isto é tudo muito bonito falar e decidir, mas depois os recursos não chegam para tudo, mas isso a seu tempo, espero estar cá para ver.

Algumas considerações que o senhor Deputado Carlos Miguel Amaral fez, por deselegância, nem vale a pena estar a responder, só vou procurar responder um dia destes a falar com um técnico municipal que está cá há muitos anos e numa área que se arrumou bastante a casa, dizia que nem a maior parte dos autarcas nem a maior parte da população hão-de perceber o que foi feito nesta Câmara Municipal nestes anos, que outras Câmaras não fizeram. Vou reunir com ele na próxima semana, vou tentar dizer, "tu és muito tímido, mas há uma coisa que vais fazer, vais fazer um historial dos passos que se deram na tua área para ficar no histórico e para se perceber." Porque outros concelhos, às vezes há aqui reivindicações que outros concelhos estão muito mais avançados, mas tenho a certeza de que estão muito mais atrasados que nós. Agora isso resolve alguma coisa nossa? Não, logicamente que há coisas que me arreliam, o senhor Presidente da junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, referiu, e bem, em relação à Saúde, os comentários que existem que parece que o Presidente é que é o responsável e não tem peso político, o concelho de Óbidos não sei se já tem médico de família e tem peso político, não, o concelho de Bombarral é que não tinha um médico de família, e o de Óbidos nem 50% tinha e também tinha influência, agora, isto é um problema geral, não é de influência política, porque nós procuramos fazer essa influência. Reunimos em outubro com a senhora Ministra, os doze Presidentes de Câmara, sabemos o que foi dito e como era dito anteriormente. Isto são questões estruturais que o país não resolveu. Nem vale a pena dizer se foi o Partido Socialista ou o Partido Social Democrata, foi o país, foi a governação que não resolveu e isso será penalizador nos próximos anos, não vai resolver. Logicamente, quando ficamos aflitos pensamos na nossa casa e procuramos ter alguma sorte e que os médicos queiram vir para o nosso Conselho e não queiram ir para os outros que também não têm médicos. Logicamente que este não é um problema de todo o país, o norte não tem este problema, o Oeste tem este problema, o Alentejo tem este problema, uma parte do Algarve também tem este problema, a senhora Ministra tem consciência disto. Também tenho de confessar que na reunião em que participei, a senhora Ministra deixou a porta aberta para eu voltar lá, cada um tratou das suas coisas, eu tenho a porta aberta, seja com a senhora Ministra ou com alguém do Gabinete.

Tal como na questão que o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei referiu, em relação à Fortaleza, tenho a porta aberta, temos um conjunto de reuniões programadas, a partir de janeiro, em várias áreas, estas são só algumas delas.

Em relação aos postos de trabalho, eu não queria estar-me a meter muito nela por enquanto, acho que devemos isolar este assunto até para podermos ter a oportunidade de explicar algumas questões que foram referidas. A questão dos dirigentes, sim, isso é assumido do organograma que apresentámos, é assumido. É uma injustiça que em alguns Núcleos e áreas as pessoas tenham as responsabilidades que têm e tenham o trabalho que têm e não tenham nenhum benefício em relação a outros técnicos ao lado, sem a mesma responsabilidade que eles têm, isso são estímulos, na administração pública, às vezes, não são permitidos, mas procuramos.

A formação profissional foi sempre uma prioridade nos meus dois executivos e os Chefes de Divisão e de Núcleo sabem disso, não há nenhuma formação profissional que não seja proposta que não aprovamos e mais, incentivamos em algumas áreas que se crie mais algumas dinâmicas, mas, infelizmente, não é tudo o que gostaríamos, eu gostava que fosse numa forma mais programada, mais estruturada, digo e não escondo, digo aqui, porque digo a eles também.

Em relação a não estar uma verba para o museu, nós não podemos pôr uma verba no orçamento que não é permitido por lei, pusemos uma verba no orçamento, vamos pôr para a aquisição do edifício de 2.000.000 euros quando estiver a proposta feita, quando estiver aprovada, quando houver a intenção política de avançar para o crédito e para a aquisição, vai aparecer no orçamento, logicamente, nesta área e noutras.

Jardim infantil, tenho de esclarecer só estas questões, porque são questões óbvias para nós. O parque infantil, à partida, são 180.000 euros, à volta disso, pelo menos a empreitada será lançada por esses valores e pensamos que em março, depois do Carnaval, se chegarmos à conclusão, podíamos permitir que a organização da Comissão Nossa Senhora da Boa Viagem podia fazer este ano o Carnaval, não íamos começar aquilo em fevereiro, portanto vamos começar aquilo numa data de março, acho eu, se as coisas correrem bem, e vamos fazer o jardim. O jardim não, o parque infantojuvenil. O jardim, logicamente, nós sabemos que temos um projeto que está aprovado para todo o jardim, mas isso é quando tivermos dinheiro, não vale a pena, estarmos a perspetivar grandes investimentos, depois não temos o dinheiro.

Em relação ao CROA, ainda hoje foi a reunião de Câmara, estamos a tratar de um crédito, nós não podemos avançar para aquela obra sem ter uma garantia financeira para lançar a empreitada. Vamos lançar a empreitada, o projeto de execução já está aprovado, há alguns meses, todo o processo de contratação do empréstimo tem estado a decorrer, ainda hoje foi mais uma fase a reunião de Câmara e deve vir à próxima Assembleia Municipal, porque tem de passar por aqui pelas verbas que estão envolvidas, independentemente de termos aqui uma candidatura aprovada, já há algum tempo, e que pretendemos não perder.

Em relação a um toque que o senhor Presidente da Junta de freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, deu em relação às campanhas eleitorais, eu tive várias, aliás, eu não torno isso público, nós temos denúncias até anónimas. Aliás, em relação ao CROA, tivemos uma denúncia anónima e veio cá a Judiciária, eu não me envolvi, foi lá a senhora Vereadora Ana Rita Petinga e foi anónima. E o que é que aconteceu? Houve um espanto da parte do agente da Judiciária quando disse, então, mas estão a falar em 30.000 euros, eu vou falar em 30.000 euros daqui a pouco tempo, em janeiro ou fevereiro, eu vou falar nos 30.000 euros e alguns vão engolir, há muita gente que vai engolir os 30.000 euros, porque estão lá investidos muito mais de 100.000 euros, muito mais de 100.000 euros, e quando avançamos, já agora isso posso dizer, a APAP para aquele projeto, foi porque fomos empurrados para aquele projeto, não é que nós quiséssemos, nós queríamos uma coisa mais humilde, de menos responsabilidade, mas quem fez aquele projeto foi o antigo Gabinete Técnico de Caldas da Rainha, supostamente para se apresentar a uma candidatura e eu sei quem é que nos impôs aquele projeto. Logicamente avançamos até onde havia dinheiro e onde havia disponibilidade das pessoas, depois algumas pessoas também começaram a abandonar o barco e as coisas complicaram-se, mas eu vou explicar, não, eu vou escrever isto tudo. Algumas pessoas espantam-se, porque eu não escrevo daquele processo e de outros processos, nomeadamente de algumas coisas que já falaram aqui hoje. Também houve várias participações do edificado aqui ao lado e nós sabemos, algumas são de longe, outras são de perto, eu já fui a Tribunal três ou quatro vezes, outras pessoas da Câmara também já foram, consciência tranquila, aliás do meu tempo nem comprávamos uma casa ali na Rua 13 da Infância, quando o senhor Presidente da Junta de freguesia da Serra d'El-Rei esteve na Câmara compraram algumas, do tempo do senhor Presidente, Jorge Gonçalves, também compraram outras, do tempo do senhor Presidente, João Augusto

Barradas, compraram outras, era para quê, era para demolir, porque, entretanto, nós atrasámos o processo. Porquê? Porque a Direção do Património Cultural deu-nos um primeiro parecer desfavorável, influenciado por pessoas de Peniche e depois nós tivemos de ir fazer a tal influência para nos darem um parecer favorável e depois é que mandámos abaixo, foi tarde, mas foi.

Em relação à transferência de competências da Educação, eu comungo da avaliação que o senhor Presidente da Junta de freguesia da Serra d'El-Rei faz, era inevitável. Infelizmente neste país, as coisas são inevitáveis, decidem-se e depois o que é que acontece, não estamos preparados. Nem o município estava preparado, nem a maior parte dos municípios estavam preparados, a sorte de alguns é que têm dimensão financeira considerada, outros têm um Agrupamento ou dois Agrupamentos, nós temos três Agrupamentos e uma Escola Secundária, ainda por cima com o parque escolar como está, depois, a dimensão. No outro dia estive aqui numa reunião da Comissão Municipal da Educação e algumas pessoas fizeram alguns comentários e eu costumo dizer assim, o SIADAP pode ter muita coisa de injusto, há uma coisa que eu estou sempre a perguntar aos técnicos e eles sabem que eu estou a falar a verdade, há tanto desagrado em relação a alguns trabalhadores que a Câmara tem, nomeadamente alguns também nas escolas, mas quando há avaliação não há ninguém inadequado, que é uma nota negativa, e o segundo com inadequado dá direito a despedimento, eu, mesmo pessoas dentro da Câmara, eu digo isso aos chefes, mas este aqui, aquele ali, nunca ninguém tem a coragem de dar-lhe o inadequado e este é que é o mal e é uma injustiça para os bons trabalhadores que cumprem, mas ninguém faz, dentro da Câmara e nas escolas. Eu fui desafiado e referi, sim senhor, eu não consigo avaliar pessoas que não conhecem o seu trabalho, as escolas têm a obrigação de avaliar e quando isto acontecer eu não tenho nada contra. O senhor Presidente da Junta de freguesia da serra d'El-rei sabe bem qual é a minha postura em relação aos trabalhadores, eu não tenho nada contra os trabalhadores, isto aprendi há muitos anos. Eu fui sindicalista, fui, se calhar, a pessoa que está aqui, sindicalista mais anos, há bons trabalhadores e maus trabalhadores, há bons empresários e maus empresários, o resto é o que cada um pode dizer e isto, enquanto o país continuar a fazer de conta em muita coisa, o país não se desenvolve como devia desenvolver. Vamos esperar, eu estou com a mesma postura que a do senhor Presidente da Junta de freguesia da Serra d'El-Rei, mesmo sem guerra, infelizmente até temos as guerras que temos, então a situação é ainda mais grave.

O loteamento da GNR, ultimamente o senhor Deputado Henrique Estrelinha é que dizia que tinha deixado o processo preparado. O processo não estava pronto, o loteamento não estava pronto, deu trabalho e para chegar aqui foi o que foi, e foram 400.000 euros em capitais próprios e agora é que tem de se negociar para ver se pagam o edifício e dão-te o retorno dali, é isso que nós vamos negociar, mesmo que não seja neste mandato, independente disso eu vou defender isso, aliás, já disse ao senhor Secretário de Estado.

Em relação à Oestecim, já respondi, não haja ilusões, estou pronto para quando quiserem ir para rua, fui muitas vezes, nunca tive problemas em relação a isso e não é preciso criar alarme social, eu acho que não é criar alarme social, é defender os interesses da nossa terra e das nossas populações, eu acho que tem de ser feita alguma coisa. Logicamente que é um ano complicado, o que é certo é que, como o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei disse, o Partido Socialista não resolveu aquela questão nem outras questões, este Governo está lá há 9 meses e os paninhos quentes também não podem continuar, mas sabendo e tendo consciência que não é um problema fácil de resolver, nomeadamente o Serviço de Urgência Básica, por várias razões, algumas delas uns conhecem outros não conhecem.

Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei a ciclovia não tem de estar no orçamento, como alguns contratos de obra que fizemos agora em Atouguia da Baleia com o senhor Presidente da Junta de Freguesia, António Salvador, não precisam estar no orçamento.

Eu também conheço o museu de Portimão e não tenho a mesma opinião que o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei.

Em relação à cultura e à Fortaleza também temos a porta aberta, já disse isso.

Em relação às escolas, primeiro, nós temos feito grandes investimentos nas escolas e inclusive obriga-nos a desviar as nossas equipas quando estava planeado intervir em outras áreas, nomeadamente na rua, no espaço público, nomeadamente na habitação. As equipas que vão para as escolas e há sempre uma reivindicação e às vezes há um mau estar, porque os nossos trabalhadores vão para lá e mesmo assim percebem, até mais do que eu, algumas críticas que vão fazendo, nós procuramos corresponder, dentro da medida do possível.

Em relação à comunidade cigana e à habitação, não vou responder a isso, estamos a trabalhar com os mesmos objetivos que tínhamos quando entrámos, é um processo complicado, é um processo que às vezes é mal compreendido, nós aproveitamos todas as oportunidades e aí também não queremos contribuir para a destabilização social, procuramos dar um contributo e temos algumas pessoas nessas áreas com algum jeito e com alguma proximidade, agora, são muitos agregados, aquilo arrastou-se durante 30 ou 40 anos, estou só a falar na cidade, no concelho ainda é mais complicado. Uma questão que não sei se já falei aqui na Assembleia Municipal, há o propósito e a aceitação que o Agrupamento de Escolas D. Luís de Ataíde vai retomar, penso que no último período do ano letivo, é isso que estamos a prepararmo-nos, a confeção das refeições e espero sinceramente que corra muito bem, porque o objetivo é que as nossas crianças tenham maior qualidade de alimentação e como sabem, no passado mais longínquo, as escolas confeccionavam, a ideia que todos temos é que, no essencial, as refeições eram muito boas, neste momento, destes anos da experiência que eu tenho, é que não satisfaz e tínhamos de procurar arranjar alternativa, vamos experimentar e as outras vão seguir os passos, portanto, temos é que fazer um bom acordo para a Câmara e para as escolas para depois procurar também controlar, também a Câmara descentralizar para a escola algumas formas de intervenção, porque se tiverem dependentes para comprar batatas ou cebolas, todas as escolas, é uma carga de trabalhos, portanto, é isso que estamos a preparar para nos organizarmos, para ver se temos melhores resultados.»

Carlos Miguel Amaral (PS):

Disse o seguinte:

«Eu só queria aqui referir o seguinte: senhor Presidente ao longo destes quatro anos, nas minhas intervenções ou não sabe ou não responde, agora passou para a deselegância. Nestes quatro anos já devia vir mais preparado, porque sabe que eu também venho preparado e depois parte para a deselegância.

Deselegância é vir para aqui e falar num empréstimo de 3.000.000 euros e não está referido no orçamento.

Deselegante é vir para aqui falar no jardim principal e saber perfeitamente que eu venho aqui com números, eu não venho aqui inventar nada, eu não venho aqui dizer nada à toa, isto está escrito, está escrito pelo senhor Presidente, não está escrito por mais ninguém. Os números que estão aqui, não me venha falar dos recursos humanos, não desculpe, são cento e vinte e um, não pode fugir disto, os cinquentas tudo bem.

Não me venha falar na cultura quando me fala em 3.000.000 de euros e agora diz-me que é empréstimo, no orçamento não está nenhum empréstimo.

O jardim principal, sim, houve uma redução.

Deselegante é vir, em 2023, dizer que o jardim era para ser aberto na primavera de 2024, isso é que é deselegante, agora eu é que sou deselegante? O senhor é que está aí, eu estou aqui.»

Margarida Martins (PSD):

Disse o seguinte:

«Tenho aqui alguns tópicos que gostava de explorar acerca desta documentação, mas propriamente acerca das grandes opções do plano para 2025.

Mencionou a Juventude neste documento ainda que de modo muito breve, no ano passado estavam a ser feitos esforços em sede de Conselho Municipal de Juventude para a realização de uma Gala da Juventude e outras variadas atividades que após a saída do senhor Vereador Ângelo Marques desse pelouro ficaram por realizar, assim sendo, gostaria que esclarecesse de uma forma mais detalhada, quais são efetivamente os planos para este pelouro para o ano de 2025 e se existe previsão deste conselho voltar a reunir-se para efetivamente discutirmos estes planos e depois não estarmos a cancelar estas atividades assim um bocadinho em cima da hora.

Acerca da questão da Ação Social, mais propriamente a habitação, o senhor Presidente reforça que é sem dúvida uma prioridade deste executivo. Tanto quanto sei, e corrija-me se estiver errada, este assunto da habitação é de extrema importância também ao nível dos financiamentos através de fundos comunitários e também porque sem carta de habitação não podemos recorrer aos fundos de primeiro direito, mas esclareça-me caso eu estiver errada. Assim sendo se pudesse esclarecer estas questões e os desenvolvimentos da carta da habitação e estes respetivos financiamentos eu agradeço.

Falar também acerca da estratégia local de habitação, sendo este um assunto que já vem de grandes opções do plano anteriores, gostaria de perguntar se existe algum cronograma acerca da estratégia local de habitação e se existe, qual é o cumprimento do mesmo até à data.

Estes dois assuntos que falei foi os que me saltaram assim mais à vista, mas estranhei em não ver mencionado neste documento um assunto ou neste caso até doi sem particular o Plano Diretor Municipal, procurei por palavras Plano Diretor Municipal e não encontrei nada. Sendo este assunto já habitual nas grandes opções do plano no documento para 2023 e para 2024, estranhei quando não encontrei no documento para 2025. Gostaria de saber se não se encontra no documento por ser um documento que já está resolvido ou se, entretanto, ainda esta por resolver e apenas deixou de ser uma prioridade do executivo. Lembro-me do senhor Presidente falar que já tinham enviado a proposta para as entidades analisarem e darem os seus pareceres, mas depois nunca mais falamos acerca disso. Por isso, assim sendo, gostaria de saber se já receberam alguns pareceres e se os mesmo são favoráveis ou desfavoráveis e em que ponto está o nosso PDM. Na mesma linha, acerca do ordenamento do território, gostaria de perguntar em que ponto está o plano de ordenamento da Albufeira de São Domingos, assunto que também esteve em grandes opções do plano anteriores e também não encontrei nada em concreto no documento das grandes opções do plano para o ano de 2025.

Podia ainda abordar outros tantos assuntos como outros colegas vão de certeza abordar e que eram bandeira em 2021 e que caminhando para 2025 continuam sem uma solução aparente ou com rúbricas com valores irrisórios e a meu ver sem uma estratégia de resolução claramente definida. Acima de tudo por um lado este documento para 2025 parece ser igual aos de anos anteriores, por outro parece que se vai escondendo e deixando de priorizar determinados assuntos que tinham aspirações de resoluções mais fáceis. Aquilo que eu sinto é que muitas vezes discutimos aqui planos inconsequentes e os assuntos ficam por resolver.»

Luís Almeida (PSD):

Disse o seguinte:

«Da análise, concretamente em relação às Grandes Opções do Plano, eu diria que o documento tem duas, porque depois são pequenas opções do plano, e as duas Grandes Opções do Plano, no nosso entender e na nossa análise, são: resolver os problemas que vêm do passado e funcionar, portanto, neste sentido, o documento presente das Grandes Opções do Plano não nos

traz nada de novo em termos estratégicos nem nos evidencia nenhum investimento significativo para a mudança do quotidiano do normal funcionamento do nosso município, portanto, é um documento conservador, tem muito pouco de criativo e realmente salientamos com agrado as prioridades, educação, saúde e habitação e realmente estas prioridades são resolução de problemas e funcionamento.

A educação, estão aqui mencionadas algumas questões que tem que ver com as infraestruturas, tem que ver com as instalações e a pergunta que eu quero fazer é que, quando se fala da reabilitação e ampliação da escola, se é do agrupamento há uma referência que seria analisado o futuro da Escola da Central e da Escola Nova, gostava de saber, em relação a estas escolas o que é que está em cima da mesa e o que é que é pensado, assim como se fala na reabilitação da Escola da Prageira gostaríamos de perceber, essa reabilitação é para que fim, depois também é referido a análise à Escola do Filtro, à Escola Velha e à Escola do Alemão, digamos, que abordagens é que pensamos para estes edifícios e por isso é que estamos a referir que o documento é conservador, porque nós depois não conseguimos cumprir o orçamento se não tivermos criatividade nestas questões, até porque é fundamental sermos muito rigorosos na gestão e eu diria que deveríamos tentar reduzir os gastos, sabemos que não é viável, porque estão sempre a subir, não sabemos, mas temos de ser rigorosos no sentido de gastar o menos possível, e nas questões do pessoal esse assunto tem de ser considerado.

Há aqui um tema que eu gostava de introduzir que é a questão da cultura, entendemos que é fundamental manter ou aumentar os gastos com a cultura e com o desporto, são áreas fundamentais para a educação da nossa juventude, mas eu gostava de propor aqui que nós equacionássemos a cultura em duas vertentes. O divertimento muitas vezes é entendido em termos culturais, divertimento no sentido dos grandes festivos, separar a área cultural em entretenimento e cultura, muitas atividades de entretenimento que se realizam podem consistir em possibilidades de poupança para exatamente diminuirmos os custos que temos ou potenciarmos o que em termos de cultura é consequente, portanto, qualquer atividade de um conjunto custa milhares de euros e eu parece-me que não precisamos de fazer dez por ano, podemos fazer, se calhar, um ou dois por ano, isto é uma opção pessoal que estou aqui a transmitir, mas eu acho que poderá ser uma sugestão de poupança, assim como acho que na saúde temos de gastar mais dinheiro, portanto, tenho para mim que vão ter menos problemas as sociedades que tentam pensar, planear e até obrigar a uma certa descentralização na resolução dos seus problemas locais, concretamente para a saúde, julgo que esta questão é fundamental.

Perdi um pouco o fio à meada no que diz respeito à educação, porque entendo que na educação diminuir custos é uma coisa muitíssimo difícil, uma coisa muitíssimo morosa, porque implica opções estruturais. Nós temos de concentrar os nossos estabelecimentos escolares em campus para otimizarmos a mão de obra que é o que nos penaliza muito. Sabemos que isto demora muito tempo, mas nas Grandes Opções do Plano deviam estar referidos os planos, o que é que pensamos? Nós podíamos dizer assim: "é uma GOP fazermos uma candidatura para...", o senhor Presidente referiu realmente duas coisas novas, o edifício para o museu e um grande hotel, de acordo, são dois, mas deviam estar aqui, digamos, maiores opções estratégicas de continuidade.

Em relação ao museu, por um lado, congratulo-me por estar equacionado a resolução do problema, de qualquer modo, não tenho para mim a certeza de que fazer um grande museu seja a solução, penso que é um assunto que, provavelmente, antes do investimento devia ser considerado se a opção já tomada de centros interpretativos ou de pequenos núcleos não é melhor do que um grande museu, isto por que poderia ser interessante localizarmos núcleos temáticos na área do Campo da República, à frente do Museu da Resistência, porque aí sim, por um lado, reabilitávamos uma área, dávamos-lhe uma utilização verdadeiramente cultural e podia ser uma oportunidade. É uma questão que deverá ser discutida, porque todos nós temos o direito de várias opções e lá está a

democracia, a democracia permite que nós discutamos e que digamos que depois far-se-á o que a maioria assim entender.

Foi aqui referido que é muito interessante que a autarquia compre património. A autarquia não tem dinheiro para o investimento e eu até perguntava se não é razoável pensarmos na venda de património, concretamente o património que não está ou a gerar riqueza ou a ser devidamente utilizado, portanto, tudo o que não está a ser verdadeiramente utilizado e que está a ser um custo, poderá eventualmente ser equacionado no sentido de potenciar os investimentos que estão em cima da mesa, sabendo bem por onde é que eles vão ser aplicados e não é vender por vender.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

«O senhor Vereador Ângelo Marques já tinha perguntado por aquela da juventude, se há assim tanto interesse na juventude vamos fazer em 2025. Era para ser feita em finais de 2024, mas não houve oportunidade. Eu acho que algumas pessoas não percebem bem, eu às vezes falo com pessoas que conhecem, ainda esta semana falei com um Vereador de uma Câmara Municipal aqui do Oeste, ele perguntou quantos Vereadores é que tínhamos, quantos é que trabalhavam, como eram os pelouros e eu estive a explicar-lhe à frente de outros dois Presidentes de Câmara, eu sei o que me foi dito por isso é que acho que as pessoas não têm dimensão do que é isto, de gerir uma casa assim, com dois, com mais dois ou três apoios e alguns bloqueios cá dentro, não têm dimensão. O senhor Deputado não tem conhecimento, eu vou explicar isso mais tarde, vou escrever as minhas crónicas, já tenho o meu gabinete todo preparado, porque eu acho que há coisas que não podem por ficar por dizer, eu não quero ficar com responsabilidades que não são as minhas. O Conselho Municipal da Juventude vai reunir em breve, já agora, quero aproveitar a oportunidade para dizer que é um núcleo pequenino, mas que faz um bom trabalho, como o Associativismo que envolve muito a juventude, faz um ótimo trabalho, são as mesmas técnicas que fazem essa coordenação e que foi preparado pelo senhor Vereador Ângelo Marques quando teve essas funções e sabe que teve toda a liberdade que era possível, dar correspondência para, é mais difícil.

Em relação à Carta de Habitação já tinha respondido na sessão passada, a carta de habitação está a ser contratualizada através da Oestecim com outros municípios.

O cronograma de Estratégia Local de Habitação, neste momento, não consigo, sei que derrapámos e que o fator que à pouco o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei referiu, em relação à não descentralização das casas de três bairros, tínhamos feito os levantamentos, tínhamos tudo preparado, tínhamos apostado para ser mais rápido por ali e atrasámos, em termos da dificuldade que temos estado a atravessar é a contratualização daquilo que precisamos. Comprámos, inclusive, uma propriedade interessante, um terreno interessante, que dá para fazer três ou quatro edifícios, uma zona também interessante e espero que consigamos desenvolver no entretanto, independentemente de haver dinheiro ou não, isso é outra questão, nós fazemos aquilo que podemos, não podemos fazer os projetos todos e as candidaturas todas ao mesmo tempo, não temos meios para isso.

Em relação ao PDM, eu diria que se calhar estiveram a ouvir a minha conversa ontem, com a senhora arquiteta, estivemos a conversar sobre o PDM, o que é que falta, fizemos o balanço. Penso que o senhor Vereador também já pediu o cronograma sobre isto, espero que no mês de janeiro possamos dar o cronograma do PDM, mas é um processo que não vai parar. A questão não são as entidades darem os seus pareceres, as entidades já deram os seus pareceres, nós temos é, com os documentos que precisamos, ter na nossa posse, nomeadamente a avaliação ambiental e outros documentos, para discutir com as entidades, para reunir com as entidades que já o devíamos ter feito, mas não conseguimos.

Em relação ao plano de ordenamento de Albufeira São Domingos, o plano de ordenamento existe, temos de fazer a revisão, temos de fazer, não, quem tem de fazer a revisão é a Agência Portuguesa do Ambiente. Nós já há uns meses que nos pronunciámos em relação a isso, enviámos uma comunicação à Agência Portuguesa do Ambiente para despoletar esse processo e nós depois vamos intervir dentro daquilo que é a nossa competência. O processo já foi despoletado, não sei o ponto da situação, mas passou por mim essa informação e foi enviado.

Em relação ao senhor Deputado Luís Almeida, fez as considerações que fez, tem o direito, eu nunca mais me esqueço de uma conversa que tivemos os dois na DPGU antes das eleições de 2017 e o que o senhor Deputado me disse, não sei se lembra disso, e o que é que eu lhe respondi. Eu já tinha pessoas escolhidas para a lista e por acaso tinha uma pessoa da área que referiu, do seu partido não havia lá ninguém dessa área, por exemplo, às vezes a dificuldade é, nós podemos analisar, podemos idealizar tudo o que quisermos, depois para concretizar às vezes é que é uma carga de trabalho, isto não é fácil.

Em relação à educação, quando o senhor Deputado questiona o que é que se vai fazer na Escola da Prageira, o que é que se vai fazer na Escola n.º 3, n.º 5, n.º 1, está tudo na Carta Educativa, está aprovado, portanto, aquilo é, se quisermos, dar prioridade, nós temos um grande problema é que o investimento no equipamento é monstruoso neste concelho, agora, temos de concentrar e reenviar, aí é política, é verdade, e vai ser uma tourada. Enquanto em relação à saúde o problema é transversal, aqui não é transversal, pode haver outros concelhos na nossa situação, mas eu acho que a situação do nosso concelho é muito grave e temos de combater, temos de reinventar aquilo que é por direito.

Em relação ao pessoal, é quanto basta, é quando podemos, é aquilo que temos o limite, assim. Eu acho que nunca ouvi nenhum autarca dizer de Peniche muito menos do aquilo que eu disse na rádio, passado 100 dias de estar cá dentro, mais ou menos. Se isto fosse uma empresa minha, eu sabia como é que fazia, despedia 30 ou 40, pagava as indemnizações e ganhava dinheiro e fui criticado por toda a gente, como fui criticado em relação a algumas opiniões que disse, agora, enfiar a carapuça a todos, não, temos excelentes trabalhadores, mas não podemos dizer para todos ficarem satisfeitos que são todos bons, não, e quem trabalha comigo sabe como é que eu sou, sabe que eu tento tratar toda a gente bem, quando tenho de dizer aquilo que alguns não gostam.

É verdade senhor Deputado Luís Almeida, a democracia permite isto, nós todos devemos ter opção. Eu procuro construir oportunidades, soluções, ideias. Quantas delas ficaram para trás? Sei quantas ficaram, a maior parte delas injustamente, é a minha opinião. Em termos de gestão, eu tenho concebido para mim que nós precisamos de um grande museu, que deve ser atrativo e que deve ter aquilo que o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei há pouco referia, nomeadamente a componente marítima, nós até temos um programa, há uns anos, feito por uma comissão que eu constituí no outro mandato e que está preparado, mas deve ser trabalhado, deve ser desenvolvido na parte componente técnica e na parte componente política, são as decisões. Permitam-me dizer que é esta a minha opinião, nós temos um acervo museológico muito grande, temos a felicidade de ter um conselho, aquilo que o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei referiu, em relação à Fortaleza, que é uma atração, traz muita gente a Peniche, nós temos, nomeadamente as pessoas que vão à Fortaleza, de criar incentivos para quando vão à Fortaleza também irão se for um museu grande, dessa dimensão, se for pequenos museus ou centros interpretativos nós já temos essa experiência, o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, de certo modo, gere bem, porque está ali na quinta dele, já fez aquilo a pensar assim e faz uma gestão dentro da medida do que é possível. Se nós constituirmos o acervo que nós temos por vários museus, já temos alguns problemas de gestão, nomeadamente de recursos humanos, temos de pensar bem, longe de mim pensar que é a minha ideia que tem de vingar, admito que outros possam ter outras ideias, eu se não estiver de acordo como é o meu hábito digo não, poderia ficar

calado, mas até admito e foi dito em reunião de Câmara que isto tinha sido considerado como uma hipótese, nomeadamente do Partido Social Democrata em tempos atrás e deixaram de considerar porque esteve à praça por valores quase ao dobro do que está hoje. Daquilo que estamos a trabalhar, agora, na minha opinião seria uma pena e estou completamente de acordo, nós não devemos ter património que são pesos. Para exemplificar, quando eu defendia, elaborámos o programa e fizemos tudo prévio, para o novo Paços do concelho, junto à Ramírez e disseram que não era prioridade. Eu respeito isso, respeito tudo, tenho fama de ditador, mas respeito, agora, quando pensava nisso, logicamente também pensava que dentro do património que hoje funciona, acho que são 10 edifícios para aí, que os autarcas têm de olhar para o património e dizer o que é que não precisamos, o que é que vamos vender. Nós temos este edifício, temos os outros todos, fazemos, por exemplo, um auditório no meio da cidade, que era aquilo que estava dentro do programa, para 500 pessoas, faz sentido depois manter isto? Temos de discutir, agora, também já vi propostas de venda de lotes que são para acumular lixo, também já vi chumbadas em reunião de Câmara, portanto, vale tudo, mas tem de ser equilibrado. Nós temos comprado muito, ainda agora comprámos dois terrenos para a apropriação do cemitério de Atouguia da Baleia, temos dois edifícios, comprámos um e vamos propor outro edifício onde era o sinaleiro que é para mandar abaixo, logicamente, vamos mandar abaixo e a seguir vamos fazer dois lotes e vamos procurar pôr à venda, vamos propor isso à Câmara, e isso deve ser uma dinâmica. Também comungo que, em algumas zonas a Câmara deve reservar sempre alguns lotes para poder fazer permutas, mas não pode ter é exagero, é isso, é o bom senso que devem imperar, porque eu acho que o equilíbrio interessante é, aquilo que gasta pode comprar, em termos de património e deve enriquecer o seu património para aquilo que precisa, terrenos nunca é demais.»

Margarida Martins (PSD):

Disse o seguinte:

«Então se depois nos poder disponibilizar o cronograma da Estratégia Local de Habitação e aquilo que já foi feito, nós agradecemos.»

Luís Almeida (PSD):

Disse o seguinte:

«Sobre a Carta Educativa percebi o objetivo do que lá estava mencionado, ou seja, remete para a Carta Educativa e eu sei que na Carta Educativa está mencionada a necessidade de concentração e de se promoverem campus, fiquei esclarecido.

Sobre os núcleos museológicos, o que refiro é que terão de ser sempre muito próximos uns dos outros e na perspetiva de potenciar uma determinada área da nossa cidade, concretamente o Campo da República e concretamente todos localizados perto do Museu da Resistência e aqui aproveito para dizer que a Câmara, no nosso entender, podia estar já a lutar pelo antigo posto da GNR, porque o posto da GNR pode ser a localização de um desses polos museológicos temáticos. Sei e concordo que vários polos provocam mais encargos, mas é sempre nesta circunstância de muita proximidade que é quase sair de um lado e entrar no outro e potenciar uma área e valorizar uma área da nossa cidade. Eu sei que o nosso espólio tem peças muito grandes, são peças para exterior e essas peças para exterior podia ser muito interessante estarem localizados nesta área do Campo da República, portanto, o Campo da Torre que eu estava a referir. Se a pretensão de compra for no Campo da República concordo, já percebi que não será, agora percebi qual é o imóvel, é interessante concordo que não devamos perder, eventualmente temos de discutir isto tudo muito bem, mas vai-nos provocar a saída dos nossos visitantes e pode vazar o interesse do nosso núcleo mais central e histórico, são tudo questões para se pensar, para se discutir e vai de encontro ao que

estivemos a referir aqui que são opiniões, mas claro que tem de haver sempre muito presente a questão da racionalidade dos custos.

Em relação ao pessoal, quando eu digo o rigor, vou referir aqui uma questão que se calhar é complicada, por vezes sai a informação de que os funcionários que não correspondem muitas vezes são postos de lado e depois não é otimizado o seu desempenho e é nesse sentido. Aqui o sentido do rigor é: não podemos permitir e certamente não é permitido, mas é o que vamos ouvindo, que haja duplicações no mesmo posto quando um não funciona fica para o lado e o outro assume quase a totalidade do que se tem de fazer e pode ser este o facto de mais custos no pessoal, e aí sim, se calhar tem de haver despedimentos e aí sim, tem de haver classificação, é claro que temos de ser rigorosos também nessas questões.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Senhor Deputado Luís Almeida, eu sei onde é que tu queres chegar e não sabes tudo, não é nada significativo, mas eu posso explicar, um a um, não gostava, mas eu explicando e se eles estiverem a ouvir também sabem o que vou dizer, explicando tu percebes muito bem.»

Francisco Lourenço (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Finalmente ouvi da parte do Partido Comunista Português, a Coligação Democrata Unitária, que afinal há uma guerra e não uma operação militar, congratulo porque mudar de opinião da parte da Coligação Democrata Unitária é importante, é que já ouvi nesta sala que aquilo era apenas uma operação militar.

Queria enaltecer e já agora a maioria das bancadas, aliás, todos enalteceram as prioridades e afinal as prioridades deste Executivo, a Educação, a Saúde e a Habitação, afinal não estão assim tão erradas. Afinal o nosso Concelho tem de se bater por estas prioridades.

Eu apenas queria fazer aqui algumas considerações não muito específicas, não vale a pena, porque as Grandes Opções são as linhas gerais e são o que são e são as opções de quem governa.

Ao nível da Educação, a minha preocupação, o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, e as restantes bancadas foi o primeiro a referir, o senhor Deputado Luís Almeida e também penso que a bancada do Partido Socialista também o referiu, a Educação traz aqui uma necessidade de pacote financeira ao nível do equipamento que é mesmo gigantesca, porque se ao nível das opções de AEC, alimentação e outras opções estratégicas ao nível da educação, como estruturar a educação ao nível pedagógico, didático, a criatividade pode fazer a diferença, ao nível das obras das escolas, os equipamentos já eram o que eram antes da descentralização, o Governo preparou uma rasteira daquelas que os patinhos caíram todos. Eu teria votado contra se fosse Deputado Municipal, na altura, pela descentralização destas competências, porque eu não concordo, porque aqui o que é importante agora são os municípios, a Oestecim e no caso nós, Peniche, e garantirmos que o Governo também comparticipa as obras de fundo que têm de ser feitas. Eu já nem falo nas escolas do primeiro ciclo, o Filtro, eu preocupo-me mais com a D. Luís de Ataíde, aqueles telhados lindos que lá tem, aquele material lindo, a Escola Secundária que há 20 ou 30 anos já precisava de obras, a Escola Básica 1,2,3 é o que é, e supostamente é a mais recente de todas, felizmente a Atouguia da Baleia tem o Centro Escolar, mas é o que é e ao nível da educação essa é a minha maior preocupação, porque o resto poderão ser opções políticas e obviamente que o investimento, se queremos investir na educação, temos de investir. Investir não é gastar dinheiro, é investir, investi-lo bem e há opções corretas e penso que não existe já nenhuma bancada que não concorde que a educação, é com a educação que se evolui, sem educação seremos mais um país como outro qualquer.

Ao nível da habitação, eu também me preocupo, aliás o PRR está lá, mas é para os primeiros que forem ao bolo e não podemos repetir erros do passado, porque os Municípios vizinhos, nos pacotes comunitários anteriores, conseguiram construir Paços de Concelhos novos, modernos, ágeis e vender o excedente, Lourinhã, Torres Vedras, Mafra, Caldas da Rainha, mas Peniche nunca foi prioritário, enfim, são opções, não foi prioritário para todos os Presidentes anteriores, não era prioritário ter Paços de Conselhos, tudo bem, são opções, mas para os outros foi e, na altura, aproveitaram e investiram 15% e o resto conseguiram. Acho que não podemos esquecer, porque claramente o produto da venda de edifícios que podem ser libertos pode dar para muitas coisas. Já que estamos a falar ao nível também da venda do património, que também aqui elenca na Habitação, eu pessoalmente, tenho uma opinião própria a Câmara, em loteamentos, deveria apenas ficar com lotes que se fossem de interesse estratégico, um lote por lote para receber taxas, não obrigado. E no primeiro ano de mandato eu estava sentado na reunião de Câmara e a oposição em bloco votou contra a venda de lotes que dariam mais de um milhão de euros, a desculpa foi que em altura de revisão do PDM não se vende lotes. Eu não sou arquiteto, nem tenho pretensão, mas na minha área de formação a boa gestão do dinheiro e dos recursos faz a diferença. Digam-me vocês, lotes de terreno e urbanizações onde se pode construir uma tipologia de casa, dentro daquelas regras e a ganhar mato, que boa gestão é esta? E o que é que isto tem a ver com o PDM? Tudo bem, expliquem-me, porque eu não percebo nada disto, mas felizmente, neste mandato, o senhor Presidente conseguiu vender, este Executivo vendeu alguns lotes que também o que estavam era a ganhar mato. E ao nível da habitação é importante não esquecer e os números são recentes, a inflação na habitação em Portugal aumentou no último ano 6,5%, isto é só o dobro da média da União Europeia, a habitação está-se a tornar inacessível aos jovens e às famílias de classe média. Quem tem aqui filhos, diga-me, com os primeiros empregos e o que se paga nos primeiros empregos, quem é que pode, não é comprar uma casa, é alugar um apartamento. As rendas milionárias chegaram a Peniche, eu pensava que era só na Avenida da Liberdade, em Lisboa, mas já chegaram a Peniche, porque não há oferta, se não há oferta, isto meus amigos, quando não há, é o que é, por isso o município tem de pensar que tem de fazer alguma coisa ao nível da habitação ou criar condições para que os privados o façam. O Estado só tem de dar condições para o privado trabalhar, o Estado não tem de ensinar a fazer nada, tem de agilizar e os municípios têm que também agilizar a atividade económica, isto ao nível da habitação.

Ao nível da saúde, a saúde é o que é, nós o que podemos fazer reivindicar e podemos também inovar ao nível de soluções alternativas, já aqui o senhor Deputado João Oliveira falou e eu não sou especialista para falar dessa matéria e há aqui muitas pessoas com bastante conhecimento de causa, mas o assunto não deve sair da ordem do dia, mas somos sempre um parente pobre no Oeste e no país, enquanto somos um concelho com tanto turismo. Eu sei que não se pode fazer tudo, mas se se conseguir médicos e enfermeiros é o primeiro caminho, depois vamos ver se não nos fecham as urgências do hospital.

Ao nível da cultura e do entretenimento, realmente cultura versus entretenimento eu pactuo da opinião do senhor Deputado Luís Almeida, uma coisa é cultura, outra é entretenimento e festas e rumarias com apoio municipal só se for logístico, porque investir contribuições financeiras para festas que têm receitas próprias, independentemente de ser necessidade nas freguesias, que se dê apoio, mas não financiar festas que já têm receitas próprias, digo eu. Agora temos equipamentos, já temos o equipamento na cidade, o CCI que pode permitir investimentos na cultura diferentes, mas temos que realmente avaliar o que é que é cultura, o que é que são festas, o que é que são rumarias, o que é que é verdadeira cultura e aproveitar, já que vamos ter a gestão do espaço dos Bombeiros, não é o ideal e o auditório que temos no CCI não é o ideal, mas se aproveitarmos o que temos, acho que no final do dia seremos um concelho melhor para viver e as pessoas gostarão certamente de ficar cá no nosso concelho.»

Bruno Cruz (PSD):

Disse o seguinte:

«Esta semana tive a oportunidade de analisar este documento, posso dizer que não me levou mais que 20 minutos, mais um bocadinho até afirmava que isto teria sido feito em chat GPT, e é como os meus colegas já disseram, o senhor Deputado Carlos Amaral tocou no bom ponto também, isto é um documento cheio de nada, onde realmente toca-se, e parabeno desde já por isso, em todas as questões essenciais, educação, segurança, certamente está lá tudo, mas menos os planos e como os realizar que eu acho curioso.

Relativamente à questão orçamental, não me parece realista uma Câmara que se queixa das despesas que tem, ter estes números de contratação de pessoal, dos quais 50 dirigentes que aposto não devem sair baratos, que leva a outra questão, eu posso-lhe garantir que eu já fui candidato a delegado de turma e há formas mais fáceis de se conquistar votos, há umas pastilhas, umas gomas, sai muito mais barato.

Relativamente à questão eleitoral, que o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei falou e que houve aqui muitas caras de admiração, porque isto realmente há uns anos houve um milagre, em que uma comunidade inteira decidiu sair ao domingo para ir votar, e bem preparados, com uma folhinha onde colocar cruces, mas se eu quisesse entrar já em politiquices eu diria onde é que essa cruz estava marcada, mas como aqui, eu pessoalmente, gosto de jogar limpo, não vou fazer.

A questão da segurança, muito bem, quero parabenizar, houve algum realismo à exceção de uma medida, relativamente à questão dos sistemas de câmaras de vigilância, é de facto da maior exigência, aqui vou deixar apenas uma simples sugestão que aqui é importante trabalhar muito de perto com juristas, devido à carrada de leis que complementam a execução desta medida, mas que de facto é muito importante e nada a apontar relativamente a isso.

Relativamente à informatização do Concelho, esse é outro ponto importante e aqui também vou deixar um ponto sugestivo e não de crítica, porque também é importante fazer sugestões e não só criticar, é saber também interligar este desenvolvimento tecnológico com economia azul, com o exemplo da Nazaré, que há cerca de uns anos recebeu um Up tecnológico da Mercedes, que inevitavelmente vai trazer receitas à Câmara e é algo que eu creio deva ser pensado, mas, lá está, isto é um plano que fala muito pouco em soluções.

Tendo eu trabalhado de perto no Banco Central Europeu, a questão das candidaturas da UE, isto é importante, e como já foi dito, nós não podemos esperar que os fundos venham ter até nós, nós temos de correr atrás deles, porque, Câmaras de sucesso, diga-se como de Óbidos, Caldas da Rainha, vão-se lançar a isto e os resultados estão à vista daquilo que tem sido a dinamização nas respetivas Câmaras Municipais.

E aqui levo também para a parte que tem sido já debatida que é a questão da utilização do Pavilhão Multiusos. Aqui também é importante, dada as potencialidades do nosso Concelho, como a agricultura na nossa zona mais rural, a grande potencialidade e a máxima potencialidade do nosso Concelho que é a nossa especial ligação ao mar, era aqui do interesse de todos conseguir atrair vários eventos e conferências, como se tem notado noutras vertentes nas nossas câmaras vizinhas e temos capacidades para isso senhor Presidente e o senhor sabe muito bem que temos, é uma questão de vontade, é uma questão de trabalho e de correr atrás das oportunidades e não esperar que elas venham ter até nós.

Relativamente à questão de educação, ia cometendo uma gafe quando dizia reduzir a despesa na educação, não, aliás, nem se deve pensar em reduzir a despesa na educação, deve-se pensar é como aumentá-la e daí obter, e como disse e muito bem, 100% de acordo, investimento, mas também da qual espera-se obter lucros. É importante, certamente, colmatar as necessidades do

parque escolar e manter o nível de associativismo, mas temos de ter em conta que nós vivemos numa fase extremamente negativa relativamente à educação. Este ano registaram-se resultados notoriamente mais negativos em comparação a anos passados, mais taxa de abandono escolar a nível nacional e isto é algo que também tem de ser considerado em todos os planos que a Câmara tem em relação à ação educativa. E aqui, neste sentido, deveria haver mais ambição, criação de bolsas escolares universitárias, principalmente para aqueles que mais precisam, porque eu não duvido do talento que temos em termos de jovens em Peniche e que se calhar poderiam almejar chegar muito longe e não têm essas possibilidades, seria aqui do interesse isto, se calhar cortar a despesa e, como já foi dito, livrarmo-nos de todos os ativos que são pesos e torná-los de facto em ativos eficientes e talvez enveredar aqui por estas pequenas áreas, creio que seja do interesse de todos os jovens desta terra e deste Concelho, porque se não investirmos também na educação e não arranjarmos, lá está a forma como foi dito, queremos receitas, mas também não damos opções de criação de emprego, o futuro destes jovens do qual eu sou um deles, é sair para fora e irmos prestar o nosso serviço e as qualidades que temos, eu e outros tantos, para outras terras, para outros Concelhos, para outros países, que geralmente é o destino mais óbvio de muitos dos jovens em Portugal.

O talento desportivo e até algum menos notório, mas musical, em muitos jovens do nosso município. Foram vários, não me lembro do nome da atleta, mas sei que houve aqui um caso em que uma atleta dependeu do apoio, ou melhor dizendo, da boa vontade da população de Peniche para poder ir a competições internacionais e que se não fosse este apoio e esta mobilização, a qual eu quero publicamente congratular para quem está a ver, e que na altura foi requisitado por uma das pessoas que organizou não fazer isto numa questão política e que não é essa a intenção, é chamar à atenção para a importância de se criar este tipo de apoios para estes jovens, que não vão só representar o país, nem o quão bons são nesse desporto, vão representar o nosso Concelho e acho que eles têm todo o direito de ter estes apoios.»

Hugo Martins (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Há aqui grandes assuntos tal como a saúde que já foi discutido na última sexta-feira e hoje aqui também acho que não é essa a necessidade.

Em termos das Grandes Opções do Plano acho que para fazer uma avaliação séria sobre as grandes opções temos de ver fatores que também influenciam. Alguns já foram debatidos, como a descentralização de competências que tem uma grande influência nas contas do município, nomeadamente na educação, aliás há informações dessas e um relatório do Tribunal de Contas que aponta nesse sentido e não estou a referir propriamente à Autarquia de Peniche que também acontece, evidentemente, mas estou a falar no plano geral, em termos de país Portugal. Dizer que o objetivo não passa por culpar o Governo anterior nem este, nós não somos o país rico, não há dinheiro para tudo, depois a definição de prioridades isso daria uma conversa mais aprofundada, mas sem dúvida nenhuma que isso tem um impacto muito significativo nas contas do município, nomeadamente do que recebemos do parque escolar. Temos escolas muito degradadas, a sede do Agrupamento de Escolas de Peniche nem sequer um pavilhão tem, tem uma sala desportiva, digamos assim, mas não tem propriamente um pavilhão, aliás, eu até fico muito satisfeito, achando estranho, como é que os nossos atletas conseguem resultados tão significativos, aliás, começamos sempre a Assembleia Municipal dando os parabéns pelos votos que os nossos concidadãos têm pelos resultados que têm ao nível desportivo, às vezes é difícil compreender, porque em alguns casos há falta de condições a esse nível, porque há muito para fazer ao nível de escolas, porque por mais que o município faça, e tem feito muito na minha opinião, a Escola D. Luís de Ataíde no próximo ano vai fazer 50 anos, tem uma grande necessidade de intervenção, a Escola Secundária quem conhece

está no estado em que está, a sede do Agrupamento de Escolas de Atouguia da Baleia também tem necessidade de requalificação e ampliação e podíamos continuar, para além dos pequenos ajustes que são feitos pela Autarquia de Peniche. Podemos ter uma candidatura de fundos comunitários, mas certamente essas candidaturas não vão resolver tudo, portanto, é uma exigência muito grande que o município está a ter e acho que é reconhecido e deve ser reconhecido por todos nós. Gostei de ver nos documentos que chegaram até nós que há um reforço na verba do transporte escolar, o que eu gostei mais de ver foi um reforço na verba da alimentação para as nossas crianças pode faltar tudo menos nisso, acho que é um esforço que é preciso reconhecer também ao nível dos recursos humanos, como é óbvio.

Outro assunto que se calhar não foi falado aqui que me parece importante e influência de forma significativa também aquilo que pode ser um orçamento são os impostos municipais. Estes dois mandatos foram profícuos em redução de impostos municipais, temos ao nosso lado Câmaras com exigência inferior à nossa, tem IMI, IRS e Derrama mais alto que nós e isso ajuda a explicar o esforço significativo que a Câmara Municipal de Peniche está a fazer, acho que é muito importante destacar, como também a inflação que afeta as famílias, as Juntas de Freguesia e também afeta a Câmara Municipal de Peniche. Há aqui também, outros assuntos e encontrar sempre outras formas de receita, não foi aqui falado hoje, o parque de campismo é um excelente exemplo e tem impacto financeiro nas contas do município, 750.000 euros por ano é uma autêntica fortuna, não é? Acho importante relevar.

Falou-se também, ao de leve, sobre o desenvolvimento económico, que não se falava nas Grandes Opções do Plano e eu encontrei. O Smart Ocean, por exemplo, é um excelente exemplo, não é? Acho que vai estar pronto no final do próximo ano, princípios de 2026, agrada-me ver, é aliar a produção do conhecimento do ensino superior aliando às empresas, acho que isso é o futuro, pode ajudar a fixar jovens, podem não ser obrigados, há várias frentes económicas, não é? Esta é uma delas, é um dos objetivos que nós devemos concretizar.

Tal como a Zona Industrial do Vale do Grou, eu acho que o momento de falar, já aprofundámos aqui várias vezes a Zona Industrial do Vale do Grou, mas há muita coisa que ficou por dizer e acho que em política temos que saber escolher os momentos e hoje talvez ainda não seja esse o momento, porque eu diria que há dois grandes assuntos deste mandato que sinceramente me arreliam, uma sensação de impotência por não serem cumpridos, que é o novo Hospital do Oeste, já falámos aqui, não vale a pena estar sempre a falar do mesmo, mas já estou a ver que chegamos ao final do mandato e ainda não vamos ter, que os políticos gostam de lançar sempre a primeira pedra, acho que ainda não é este o mandato e é realmente a Zona Industrial do Vale do Grou, não é? Acho que estamos a perder oportunidades que estão a fugir para os outros concelhos, porque nós estamos aqui um bocadinho a brincar à política, não é? Estamos a deixar fugir grandes oportunidades que nos passam ao lado, basta ver o que é que diz o Presidente da Câmara de Alcobaça, cada vez está a investir mais em Zonas Industriais, cada vez há mais empresas, e é um concelho aqui ao nosso lado, não é? E nós aqui ficamos a ver o barco passar por falta de consenso político.

Fundos comunitários, sabemos que agora também vamos ter aqui grandes oportunidades em termos do Portugal 20-30 e PRR, eu acho que a Câmara tem de estar preparada para aproveitar estas janelas de oportunidade, porque são estas janelas de oportunidade e são estes programas, estes quadros comunitários de apoio, que vão permitir nós recuperarmos o atraso significativo que temos em algumas áreas para outros concelhos e vai permitirmos ser, que é isso que nós desejamos, mais competitivos e darmos mais qualidade de vida à nossa população.

Na lista de eventos, senhor Presidente, tive a oportunidade de ver, não sei se já tinha redigido o documento antes daqui da Assembleia Municipal, que estava lá uma série de eventos, mas não estava, acho que houve alguma unanimidade aqui em relação ao assunto, que é o dia dos

Agricultores, acho que é uma questão de justiça, acho que devemos mesmo comemorar, acho que há unanimidade aqui neste órgão autárquico e penso que também em reunião de Câmara.

Eu vou votar favoravelmente, porque estas Grandes Opções do Plano permitem, dão-me confiança, dão-me esperança, permitem sonhar e sempre que o homem, sempre que o ser humano sonha, o mundo avança, então vamos fazer acontecer.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Dizer ao senhor Deputado Bruno Cruz, nós não estamos a criar novos lugares, estamos de certo modo a fazer justiça em relação a chefias que não exerciam como chefias, e posso dizer que não são 50 dirigentes, mas posso dizer que conheço quase todos, aliás a reivindicação é que ainda falta aqui mais uma ou duas situações.

Em relação à economia azul, o senhor Deputado Hugo Martins não me ouviu, mas é assim nós vamos lá, o Smart Ocean há muita gente que tem muita fama sobre este processo e os 6.000.000 euros que foram aprovados, a senhora Vereadora Ana Rita Petinga conhece muito bem este processo como eu conheço, a decisão política eu sei como é que foi feita, eu sei como é que estava o processo quando entrou, nomeadamente, é parecido com o loteamento da GNR. Parece que está tudo feito, até alguns responsáveis falam como se tivesse tudo feito, eu também não quero louros nem placas, mas é assim, há coisas que às vezes ultrapassam o razoável e eu digo diretamente, estou aqui a dizer, mas já o disse diretamente. Há aqui pessoas que em relação ao Smart Ocean, por exemplo, tem de se fazer justiça, à senhor Dra. Teresa Coelho que era Secretária de Estado, foi Presidente da Docapesca e ao senhor Dr. Sérgio Faias, foram duas pessoas que sem elas isto não tinha acontecido e sem a vontade política do Presidente. Temos ali aquele edifício do lado, aquilo tem discussão política a vários níveis, logicamente tem um conjunto de pessoas envolvidas, mas a Câmara está muita envolvida naquilo e ainda hoje continua envolvida e até com os seus técnicos que se reveem naquilo, portanto, espero que saibamos utilizar bem aquilo que está ali a ser construído. Foi a primeira candidatura do Hub Azul aprovada, a primeira, e alguns deles, concelhos grandes, ainda hoje, não os conseguiram, nem sei se vão conseguir, ainda nem começaram, foi-nos dito, a maior parte das reuniões em Lisboa é a senhora Vereadora Ana Rita Petinga que acompanhava.

Educação, não posso dizer isto, as bolsas eram 11, agora são 30, logicamente que gostaríamos que fossem mais, as bolsas aos estudantes hoje são 30 e acho que se a Câmara tiver condições para aumentar o valor das bolsas e para aumentar o número é feita a justiça, provavelmente, o critério de atribuição das bolsas pode ser mais bem trabalhado por todos e aí, não tenho dúvidas.

Em relação ao apoio aos jovens e aos desportistas, no essencial nós apoiamos, estamos a trabalhar neste momento, há três ou quatro situações, mas não é nenhuma destas que o senhor Deputado Bruno Cruz com certeza referiu. Nós queremos mesmo fazer um regulamento para ser justo, para ser atribuído, mas, no caso que o senhor Deputado Bruno Cruz está a referir acabámos por apoiar, agora, há coisas que nós não apoiamos, se não vem ter connosco, nós não advínhamos.

O senhor Deputado Hugo Martins, no fundamental, fez uma análise um bocadinho sintética, mas muito objetiva, por questões que eu também considero importantes e ainda bem que ele descobriu.»

Bruno Cruz (PSD):

Disse o seguinte:

«Relativamente ao que estava a falar do Smart Ocean, é um projeto interessante e que aquilo venha a ter boa utilização, eu não me estava a referir a nenhum projeto isolado, estava-me a

referir que acho que é algo de modo sugestivo, volto a dizer, não é uma crítica, é uma sugestão, em que deve haver mais trabalho na ligação desta questão da tecnologia e da criação de uma economia azul o que é de facto e como já foi falado, é a nossa maior potencialidade, é esta ligação ao mar senhor Presidente e o senhor sabe muito bem disto.

Relativamente ao parque de campismo, estava a ser mencionado, como hoje também das questões ilegais, aliás, isto não foi mencionado hoje, mas foi mencionado na reunião passada aqui pela senhora Deputada Margarida Martins e todos temos a noção que em funcionamento é uma grande receita que vem também para os cofres municipais.

A outra questão é que temos, também, mesmo aqui em frente, dois ativos parados que também deste modo apresento essa sugestão, acho que todos os dias quem passa na Avenida do Mar vê ali um parque de caravanas, e não só isso, e embora isto seja também uma crítica assim geral da gíria, a questão das caravanas, a questão do parque de estacionamento em frente aos bombeiros, porque eu consigo ver ali anualmente, vá, sem querer ser demasiado ambicioso, mas cerca de 2 milhões de euros a menos nos cofres de Peniche.

Portanto, seria algo interessante, que não requer de facto investimento, requer de facto trabalho, mas que seria importante começar também a utilizar as potencialidades destas duas áreas, e que seja regulamentado, porque cada vez que saio do concelho de Peniche, seja para ir dar um passeio, etc., o mais difícil para mim não é encontrar estacionamento, é encontrar estacionamento que não seja pago. Esse é um dos problemas e, mais uma vez, não é nenhuma crítica é uma sugestão para estarmos mais atentos a estas questões, ainda mais aqui à frente da Câmara e de quem governa os Penicheiros. Acho que é algo de facto a ter em consideração nos próximos tempos, porque é um facto, é dinheiro a menos nos bolsos da Câmara que está nestes dois locais.»

João Oliveira (CHEGA):

Disse o seguinte:

«Eu ia começar por fazer um reparo à intervenção do senhor Deputado Hugo Martins, Portugal não é um país pobre, nunca foi, é um país imensamente rico, só para lhe dar uma noção nós temos jazidas de ouro por explorar e minas que estão fechadas por razões que ninguém sabe, somos a sexta reserva mundial de urânio e sabemos que mais tarde ou mais cedo vamos ter de se render à energia nuclear, temos as colinas de Portalegre são feitas de ferro, mas têm de minerar se não forem mineradas não rendem nada e geograficamente não somos pequeninos nós temos uma área que, se incluirmos a nossa placa continental, bom, é um aparte, nem é sequer para o contrariar, é só para lhe dizer que somos imensos, imensos, e com o património cultural então nem é preciso dizer muito mais.

Sobre aquilo que está a suceder, eu basicamente não tenho muito mais a acrescentar, porque eu acho que os colegas já disseram praticamente tudo o que havia para dizer e as críticas que havia a fazer estão feitas. O que eu penso é que, na prática, ao longo de todos estes anos de processo democrático que temos tido em toda a Europa, o que sucedeu é que se inverteu a ordem das coisas e, portanto, em vez de termos o reflexo do que é a vontade local em assembleias e órgãos como este em que aqui estamos hoje, nós temos uma vontade que é central que depois, em cascata vem e acaba por cair em migalhas nos municípios e, enfim, em outros locais, as comunas, como quiserem chamar. O que sucede é que nós, em vez de termos resposta aos problemas concretos, nós temos uma outra coisa diferente que agora se manifestou de maneira real. Com esta descentralização, que é uma espécie de regionalização disfarçada, em vez de se fazer a delegação de competências, fez-se a atribuição e delegação de problemas e, portanto, descartou-se as coisas para cima dos municípios. Nós temos duas formas de encararmos isto, ou consideramos isto como uma fatalidade ou então encaramos isto como uma oportunidade, portanto, se nos faltam verbas e dinheiro, se não conseguimos, de alguma maneira, extraí-los do Governo Central, temos que nós

nos reinventar e criar formas de o fazer a nível local. Para isso, temos de criar, com certeza, uma postura e uma forma de estar que nos leve a pensar em colaboração direta e muito próxima entre o poder local, executivos, e as entidades privadas que já existem, que são uma rede que já se estabeleceu e que vive todos os dias o trabalho próprio, portanto, cria riqueza garantidamente. E a riqueza que cria é também ela a vida que depois confere aos órgãos executivos e ao município, porque são duas taxas e impostos que se cobram, que todos nós aqui acabamos por estar a fazer a gestão.

Se quisermos olhar para pequenos pontos que eu acho importantes fazer notar, a educação, por exemplo, se continuarmos a pensar na educação apenas como a educação que é a educação que emana do Estado e continuarmos a fazer aquilo que nós temos o dever de fazer e que é mais que um dever, é uma prioridade, que é o valorizar os equipamentos e tudo mais em relação à estrutura que já existe de educação, nós vamos continuar a ter se não tivermos obviamente, outros planos paralelos de criação de programas de educação em outras áreas que se desenvolveram entretanto, áreas tecnológicas por exemplo, o que sucede é que vamos continuar a ter jovens que se formam num sistema de ensino que não corresponde já à realidade e aos requisitos daquilo que é o mercado que nós temos. E, portanto, vamos continuar a ter conteúdos programáticos em escolas muito bonitas e arranjadinhas, com todas as condições para se poder lecionar, um programa que não corresponde àquilo que é a necessidade real da sociedade civil. Portanto, eu insisto na ideia que nós temos de começar a criar escolas, ou a convidar a criar, não tem que ser a Câmara a criar, evidentemente, mas têm que se criar as condições para convidar entidades que são privadas a virem lecionar coisas que são necessárias à sociedade civil. Se nós não criarmos estas condições, não vamos conseguir captar nunca o interesse externo e nós temos de ir captar o interesse externo fora daqui. Se nós não temos aqui o know-how para fazer as coisas, vamos buscar aula exterior, meus senhores. Há pouco tempo tive uma experiência engraçada com uma universidade portuguesa, na região de Lisboa, que implementaram um curso de impressão 3D na saúde e portanto, a ideia é fazer a impressão 3D de próteses. Mas depois, quando se foi ver o conteúdo do programa que era um máster, portanto, interessava muito fazer mais um mestrado, o conteúdo era lecionado por jovens que tinham feito um cursozito de impressão 3D com impressoras de fio. Ou seja, aquilo não servia nem sequer para um garoto do 12.º ano aqui de Peniche fazer uma brincadeira. É este tipo de conteúdo que nós queremos? Isto não nos serve de nada. Ter um papel que atesta que eu fiz um curso, não sei o quê, da universidade não sei quantos, não serve rigorosamente coisa nenhuma. Quando nós chegarmos lá fora para fazer qualquer coisa, vão-se rir de nós e não vamos conseguir inovar. É assim uma pequena achega.

A cultura, concordo com aquilo que já foi dito aqui por todos, e acho que estamos unanimemente de acordo com tudo, há que sensibilizar também os pais, sensibilizar a população, porque eu sinceramente não consigo perceber, isto foi uma parte que já tive também num outro concelho, que já foi aqui mencionado, foi Alcobaça, tem uma escola de dança que funciona muitíssimo bem, é uma instituição maravilhosa, uma das minhas filhas lá estudou na academia de dança, fez ballet clássico, e eu revelava-me com uma situação, e aliás tivemos uma escola aqui em Peniche que chegou a entrar em competições com a escola de Alcobaça, e com uma outra escola privada que se estabeleceu no concelho da Batalha. E o que é que sucede? Nós não conseguimos fazer crianças convencerem-se a fazer certo tipo de percursos académicos em certas áreas ligadas à cultura, se nós temos as crianças a frequentar durante o dia uma escola de dança e à noite irem com os pais para a festa ouvir o Quim Barretos, mal tocado por alguém que nem sequer sabe ler uma pauta. Lamento, mas quer dizer, essa realidade tem de ser mudada também, não sei se consigo fazer entender. Eu disse Quim Barretos, quer para não chamar o nome, ou seja, quer dizer, as nossas próprias festas, eu entendo que temos de agradar à população, mas temos que ter a coragem de vez em quando também dizer, não, cultura não é isto, ok? Segundo, ou terceiro, quarto, não

importa. Aquilo que eu sinceramente penso que tem de se fazer é, de uma vez por todas, entender que os políticos estão em grande dificuldade por uma razão simples, a política hoje não está à altura de poder responder às solicitações da sociedade civil. A ciência política foi completamente ultrapassada, tem de se aliar a técnicos. Porque a política decide muito sobre aquilo que é a vida de cada um de nós, mas não está em condições de já perceber e entender as evoluções sociais que se deram. E, portanto, neste momento é quase como se fosse uma operação de marketing, que diz coisas que são falaciosas, que não têm qualquer tipo de fundamento ou correspondência à vida em sociedade. Ok? Então, os políticos precisam de um apoio técnico, nem que isso signifique, como já uma vez aqui o disse, ter de gastar mais alguma coisa em incluir pessoas e ter que as ir buscar no exterior. Nós fomos uma nação grandiosa quando fomos ao exterior beber conhecimento. Repito, portanto, a modo de só um pequeno comentário sobre o documento que eu li, atentamente, o que eu achei foi que, realmente, continuamos a ter uma carência de ideias que sejam diferentes, criadoras de riqueza local. Continuamos a ter a falta de uma estratégia de inovação e captação de investimento externo e estrangeiro, não temos a estratégia. Continuamos a ter a falta de diversificação dos setores económicos, continuamos sempre a pôr a nossa esperança em tudo o que já é para nós conhecido e, portanto, criamos depois documentos desta natureza que são mais administrativos do que propriamente propositivos e, portanto, nós não estamos a diversificar. Temos o turismo, vamos sempre bater na mesma coisa, e mais, parece-me evidente que estamos com algum medo e receio de nos autonomizar, tornarmos autónomos, portanto, há aqui uma espécie de receio de avançarmos para algum tipo de inovações, para acompanhar algumas coisas que nós sabemos que estão a suceder lá fora e que, entretanto, por aqui continuam a insistir em não suceder. Quando nós acordarmos vai ser tarde demais.

Sobre os fundos comunitários, dito por quem sabe mais do que eu, a pessoa que me faz realmente a escrita aqui em Portugal, 95% dos fundos comunitários já estão atribuídos. É verdade ou é mentira? 95% dos fundos já estão atribuídos, portanto, o que nos sobra para fazer este tipo de manobras de inovação e por aí fora é manifestamente escasso no dia em que as candidaturas abrirem, elas vão esgotar-se em 2, 3 horas depois da meia-noite, como já é hábito acontecer quando se abre o portal. Vamos ter que mesmo inventar estratégias para captar investimento privado. Porque depois também sabemos que os fundos vão acabar não é senhor Presidente? Nós não vamos ter eternamente esta fonte de dinheiro que vem da Comunidade Europeia. Eles já estão condenados. Portanto, tudo somado, o que eu diria é que temos de nos reinventar, um bocadinho. Se é lançando mão de parcerias com empresas privadas, se é criando empresas municipais, se é estabelecendo associações que desenvolvam determinada área, bom, que temos de nos reinventar, temos. E basicamente é isto só que eu vos queria dizer.»

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse o seguinte:

«Eu não ia fazer intervenção, faria eventualmente declaração de voto, mas já que tenho que fazer intervenção, aproveito para fazer, para começar, porque estamos a discutir o orçamento e as Grandes Opções do Plano, aproveito para fazer essa declaração de voto, é que o sentido de voto da Freguesia de Ferrel prende-se com os compromissos firmados com a Câmara Municipal, no sentido de apoiar a construção do nosso mercado e a obra do cemitério. Agradecer também a postura e o esforço da senhora Vereadora Ana Rita Petinga e do senhor Diretor Municipal, Dr. Rui Vargas. Depois gostaria de também dar ali um cumprimento especial ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Serra d'El-Rei, mais que elemento da Coligação Democrata Unitária, e discordar em absoluto e frontalmente daquilo que, até pus os fones para ir ouvir novamente, daquilo que disse relativamente ao que o Partido Socialista fez ao Hospital de Peniche, porque desde o 25 de Abril o que tinha feito era indecente, algo deste género. Ora, o Partido Socialista nos últimos anos de

governo, assim muito rapidamente, fez um investimento superior a 1 milhão e 600 mil euros no Hospital de Peniche. Fez obras nas urgências, uma nova aula de psiquiatria, uma obra também superior a 800.000 euros no Centro de Saúde e até no Oeste, um Centro de Saúde novo, por exemplo, no Bombarral e outro na Nazaré, só assim que me lembre de cor, portanto, queria discordar frontalmente, e em absoluto, são opiniões, vivemos em democracia, a falta de médicos é uma coisa que eu também acho que é estrutural, e embora possa concordar que se podia ter feito mais, temos muito orgulho na obra que os governos do Partido Socialista deixaram na saúde no concelho de Peniche.»

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse o seguinte:

«Respirar ar puro senhor Presidente da Assembleia Municipal, acabámos de ouvir uma história triste sobre outra história triste. Quer dizer, se o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel for para a rua, nesta cidade, já não digo na zona rural, perguntar à população do concelho de Peniche ou da cidade de Peniche, como é que está o Hospital de Peniche, só tem uma resposta, está uma desgraça, nem precisa perguntar a três pessoas, basta a duas, portanto, evocar essa grande obra, que é a falta de médicos, que é a falta de enfermeiros, que é a falta de pessoal auxiliar, que é o encerramento constante, constante, do serviço de urgência básica, senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, só podemos estar a brincar. Eu acho que estamos na época de Natal, mas não vale a pena também distribuir as prendas assim. É que essa coisa dos milhões faz sentido quando se faz um IP6, quando se faz uma A8, quando se faz uma estrada, uma infraestrutura, agora, a saúde, a saúde é para servir as pessoas, nós estamos, aliás, o Partido Social Democrata não sei se o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel costuma ler os documentos que os partidos fazem, o Partido Social Democrata e bem, porque foi no tempo em que estive na Câmara Municipal, coloca sempre, no tempo do saudoso João Augusto, que era uma obra que teve ali o apoio da Câmara Municipal, e depois houve até um ex-ministro, que deve conhecer bem, que quis fechar a urgência do Hospital de Peniche, e que não conseguiu, porque toda a gente se opôs, e foi toda a gente para a rua manifestar-se, e já agora também deve saber qual é o partido dele, ou não sabe. Mas pior senhor Presidente da Junta e Freguesia de Ferrel, falar de saúde no concelho de Peniche, como uma grande obra do Governo do Partido Socialista, quando a Serra d'El-Rei não tem médico, a Atouguia da Baleia tem uma médica, aqui no centro de saúde de Peniche as pessoas têm metade dos médicos que deviam ter e os enfermeiros e o pessoal auxiliar, isto é obra? Caro Presidente da Junta e Freguesia de Ferrel, pode discordar frontalmente da minha opinião, mas olhe que a minha opinião é a opinião do povo.»

Susana Esperança (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Eu vou tentar ser breve, eu só queria aproveitar aqui algumas palavras ao testemunho do senhor Deputado João Oliveira e queria esclarecer, em relação à educação, existe alguma confusão naquilo que são a delegação de competências atribuídas à Câmara, e os projetos que se podem propor, e o tipo de atividades que são desenvolvidas. A educação é gerida em termos de escola, é sempre muito bem-vinda a intervenção da comunidade, são sempre convidados, é uma porta aberta, os profissionais trabalham de acordo com currículos que vêm do Ministério, que são os estanques. Podemos concordar ou não, eu também estou muitas vezes desagrada com aquilo que tenho de trabalhar e a forma como tenho de trabalhar. É-me imposto, temos um currículo a seguir, manuais a seguir, programas a seguir, metas a cumprir, nomeadamente metas que depois até em termos de comunidade ficam muito contentes com o sucesso, não sabendo muitas vezes como esse sucesso é atingido. Portanto, isto só para esclarecer que em termos de educação nós somos

regidos por regras que vêm do Ministério da Educação, não tem nada a ver com a delegação de competências que foi atribuída agora, mais recentemente, às autarquias.

Em relação ao trabalho que é desenvolvido, eu considero que as nossas escolas e o nosso parque escolar não estão em boas condições, mas isso não implica o trabalho que é realizado pelos nossos profissionais, que, sem muitas vezes meios técnicos e sem terem ao dispor os topos de gama daquilo que é suposto uma escola no presente ter, fazem aulas criativas e desenvolvem projetos e trazem os alunos sempre muito bem preparados. Pode eventualmente haver uma exceção ou outra, mas o trabalho dos profissionais é sempre no sentido de que os alunos não sintam esse atraso.

Agora, em relação à delegação de competências, o que acontece é que nós estamos a falar de entidades que são as duas entidades, portanto a escola e a Câmara, são as duas entidades que, elas próprias, têm formas de trabalhar distintas, as pessoas têm que articular, a Câmara e a escola tiveram durante muito tempo desligadas e tem que existir agora um caminho de relacionamento, ou seja, a escola tem que permitir, as escolas têm que permitir que a Câmara entre naquilo que é o seu mundo e a Câmara também tem que, de alguma forma, perceber quais é que são as áreas em que tem que agir. Não estou a falar desta Câmara, estou a falar de todas porque há sempre confusão a nível nacional e, inclusivamente, as pessoas que falam da educação sem terem lido, nem sabem o que é educação a nível interno e não leram a delegação de competências. Portanto, no geral, confundem muito aquilo que a Câmara pode fazer.

Relativamente aos projetos e às questões de inovação, nós não podemos fugir do currículo, como eu disse há bocado, mas podemos fazer candidaturas e podemos fazer trabalhos que sejam mais inovadores ou que de alguma forma tenham um retorno financeiro, etc. Para isso, há duas formas: partir da Câmara convidar a escola ou partir da escola convidar a Câmara. Os projetos estão disponíveis dos dois lados, o Ministério da Educação propõe e também há as propostas que são feitas pelas autarquias que podem ser convidadas, estendidas às escolas. Há que ter em atenção uma coisa, estes projetos precisam de recursos humanos. Nós temos horas num horário que muitas das vezes, para desenvolver estes projetos, estamos a trabalhar fora de horas e os alunos também, o que acresce ao horário deles, é um problema, porque não estão na hora do nosso horário e depois, para além disso, é perceber a importância de cada projeto, porque depois temos autarquias, não é o caso da nossa, mas é em autarquias que eu trabalhei, que são muito vaidosas naquilo que é a projeção da comunidade e não querem saber absolutamente nada se o menino está a aprender ou se aquilo é válido e o que lhes interessa é apresentar no final do ano 30 projetos que desenvolveu na área da educação, quando nós professores sentimos que aquilo, na prática, deu zero. Pronto, portanto, basicamente aqui a ideia é: acho muito interessantes candidaturas, acho muito interessante inovação, acho muito interessantes projetos, sendo que tem de haver uma aceitação da escola. A escola tem de validar que aquilo é realmente importante no nosso contexto geográfico, porque há um projeto que é muito importante para o Porto, que pode não fazer sentido nenhum para Peniche, portanto, é uma análise que tem de ser feita pela escola e depois a Câmara posicionar-se ao lado da escola, como tem feito até aqui.»

João Oliveira (CHEGA):

Disse o seguinte:

«Aquilo que me disse não está em colisão com nada que eu tinha acabado de dizer, eu acho que não entendeu foi a totalidade do que eu lhe disse aqui, porque uma coisa é a escola regular, e a escola regular tem uma missão que é a formação de base, inclusivamente de consciências e, portanto, aí estamos a falar de um conteúdo programático, pedagógico, que está ligado a uma formação que é generalizada, outra coisa é quando nós estamos a falar de formação que está objetivamente ligada a uma necessidade específica no mundo do trabalho, em sociedade e naquilo que são as novas exigências atuais tecnológicas. E aí obviamente que a escola regular não tem

condições de dar resposta. Daí eu estar a dizer que tem de se pensar em entidades de formação assistente do sistema regular de ensino.»

Susana Esperança (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Não, não é a palavra educação, é o contexto, é isso que eu estou a explicar, é só isso, falar em educação tem um princípio, até o ensino público e o privado é preciso ter cuidado a educação no ensino público não é o mesmo que no ensino privado.»

João Oliveira (CHEGA):

Disse o seguinte:

«Havia aqui um erro de palavra da minha parte e daquilo que ela significa.

A verdade é esta: se nós não criarmos, em determinados contextos, determinado tipo de competências, também as entidades e empresas que se possam interessar por aquelas competências não se interessam por uma região geográfica e embora tenhamos a ilusão de que tudo se faz telematicamente, não é assim, não é verdade, a experiência que eu tenho com empresas aqui é que pessoas recém-formadas, acabadas de formar, que julgam estar preparadas, acabam por estar preparadas para lidar com software e com a gestão de ficheiros, por exemplo, estou a falar de coisas ligadas à projeção, que não se utilizam lá fora há 30 anos, portanto, não serve de nada o diploma das pessoas.»

Hugo Martins (CEPP):

Disse o seguinte:

«O Senhor Deputado João Oliveira falou há pouco em relação à captação de investimento. O Smart Ocean, no fundo, é isso, não sei se o senhor Deputado está a par do projeto, representa exatamente isso: captação de investimento, como a Zona Industrial do Vale do Grão, não é, que tem a dupla vantagem, que pode ser captação de investimento de empresas de fora e oportunidades para as empresas locais, portanto, são dois projetos que visam a captação de investimento.»

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse o seguinte:

«Nós, da obra que foi feita do Partido Socialista, podia ter sido feito mais, é verdade, mas temos orgulho, porque esses números são factos e aconteceram. É como disse, o Partido Socialista deve ter orgulho naquilo que fez, porque são factos e aconteceram.

Relativamente àquilo que é a ideia do povo, também temos visto ao longo dos sucessivos atos eleitorais, quer ao nível autárquico, salvo várias exceções, quer ao nível nacional e europeu, como o povo e como a opinião do povo é igual à da Coligação Democrata Unitária.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«É só para dizer ao senhor Deputado Bruno Cruz que, quer fazer este registo, estou de acordo, acho que devíamos ter mais zonas de estacionamento pago, nomeadamente a zona que referiu e que a última fase, a terceira fase de reabilitação do Fosso deve contemplar isso. Agora, há outra questão que nós também temos de ter certeza, nós temos de encontrar áreas alternativas de estacionamento, nomeadamente, provavelmente, onde são hoje uma parte dos armazéns da Câmara. Mas pronto, são questões que têm de ser discutidas e foram discutidas lá atrás, o que é lá atrás? Há uns anos e foram bloqueadas também.

Em relação ao senhor Deputado João Oliveira, é assim, o segredo, essencialmente, como nós estamos no país, com conceitos desta dimensão, com as dificuldades que têm, o segredo é só um: é aumentar a receita, logicamente se tem de controlar a despesa, que esta questão da educação desregulou, desequilibrou alguma estabilidade, mas é inevitável que é uma oportunidade. É uma oportunidade, para já que temos de nos reinventar, pois é uma oportunidade que, independentemente do papel da escola, a verdade é que nós também sabemos o estado em que as escolas estão e sabemos que a proximidade nos obriga a intervir. Isso não é mau, não é mau, temos é que ter mais dinheiro, eles não nos dão, devemos reivindicar como o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei referiu, mas temos de criar mais receita e nós somos capazes de recriá-la, se calhar não são os 2.000.000 euros, como o senhor Deputado Bruno Cruz estava a dizer, que aquilo valia ali, nós temos muita potencialidade, temos é que nos ajudar uns aos outros, às vezes não nos ajudamos.

Referir que nós temos estúdio de dança, temos 130 crianças no estúdio de dança e temos há muitos anos, há muito, há 40 anos um grande esforço, agora temos um novo estúdio de dança no edifício do CCI.

O senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei há bocado fez uma referência em relação às dificuldades que o país pode atravessar daqui a algum tempo. É melhor que possamos pensar nesse sentido, que as coisas não são um mar de rosas, se calhar ainda hoje são, o investimento da União Europeia e dos Estados Unidos na guerra vai ter impacto, concentrar tudo no armamento e nos investimentos da guerra vai ter impacto e também estou convencido que vai contribuir para que os fundos comunitários, que nós vamos ter sempre a esperança de que apareçam mais uns anos com fundos comunitários, mas provavelmente os autárquicos, os próximos autárquicos, pode não ser no próximo mandato, mas no outro, isto vai se refletir e é por isso que temos de nos reinventar.

Tem havido um grande esforço da nossa parte em relação às escolas, em relação aos três Agrupamentos e à Escola Secundária, para já para ter uma grande proximidade, para perceber o que é esta relação, o que é esta partilha. Da parte das escolas no essencial também há essa correspondência, há concelhos que têm muitos conflitos, que existem conflitos entre os municípios e a educação, aos diretores às vezes, nós não sentimos isso, logicamente todos querem mais e é para isso que é a nossa obrigação, temos de fazer mais dentro daquilo que é possível.»

João Oliveira (CHEGA):

Disse o seguinte:

«No início de hoje o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, mencionou e com razão, que a Alemanha está a passar momentos difíceis e que está a começar a iniciar uma descida grave naquilo que é a atividade, ou seja, isto é uma oportunidade, quer queiramos quer não. Neste momento há empresas enormes, alemãs, que se estão a transferir, imaginem, para dentro da Suíça. Não é porque os ordenados são mais baixos, é porque as condições criadas na Suíça são mais propícias e acolhedoras para o tipo de atividade que aquelas empresas desenvolvem do que aquelas que foram criadas na Alemanha nestes anos e, portanto, mesmo um ordenado duas ou três vezes mais alto na Suíça, não deixa de ser um convite para uma empresa como a Stihl, por exemplo, transferir-se para a Alemanha, que já o fez, agora no mês passado. Eu não desenvolvo mais o assunto, mas podíamos desenvolvê-lo porque um dos meus erros é um dos financeiros da Mercedes. E este assunto pode ser desenvolvido quando quiserem e entenderem.»

Deliberação n.º 53/2024: Submetida a proposta (n.º 2451/2024) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do

Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por maioria, com oito (8) votos a **favor**, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (6), pelo Chega (1) e pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, eleito pelo Partido Socialista (1), quinze (15) **abstenções**, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata (7), pelo Partido Socialista (4) e pela Coligação Democrata Unitária (3) e pela senhora Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Lopes, eleita pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (1), e um (1) voto **contra**, pelo senhor Carlos Miguel Cordeiro do Amaral Domingos, eleito pelo Partido Socialista (1), aprovar as Grandes Opções do Plano do Município de Peniche, para o ano de 2025.

9) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA OS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO MUNICÍPIO DE PENICHE, PARA O ANO DE 2025:

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do nono ponto da ordem do dia, apenas usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino, que fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por unanimidade, em reunião ordinária, realizada no dia 22 de novembro de 2024.

Deliberação n.º 54/2024: Submetida a proposta (n.º 2388/2024) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por maioria, com nove (9) votos a **favor**, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), pelo Chega (1) e pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, eleito pelo Partido Socialista (1), catorze (14) **abstenções**, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata (7), pelo Partido Socialista (4) e pela Coligação Democrata Unitária (3), e um (1) voto **contra**, pelo senhor Carlos Miguel Cordeiro do Amaral Domingos, eleito pelo Partido Socialista (1), aprovar os Documentos Previsionais Município de Peniche, para o ano de 2025.

10) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE PENICHE, PARA O ANO DE 2025:

A Assembleia passou à apreciação do décimo ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse o seguinte:

«Senhor Presidente, eu estou de acordo com o desafio que o senhor Presidente da Câmara fez, em fevereiro discutirmos este assunto, acho que faz todo sentido, até por uma razão muito objetiva, quem não está no Executivo Municipal não tem uma informação tão pormenorizada como aquela que nos foi dada hoje, os senhores Vereadores têm, porque como estão todas as semanas na

reunião de Câmara podem fazer as perguntas e, naturalmente, que têm as respostas que querem, acho muito bem o desafio.

Queria falar três coisas muito objetivas, notei, até agosto, uma melhoria na resposta às questões que a Freguesia colocava, relativamente à iluminação pública, de setembro para cá, não sei se foi o arrefecimento noturno, piorou, portanto, fica o aviso.

Sobre o trabalho que foi referido, relativamente à questão dos animais, o CROA, eu ouço opiniões muito positivas, a começar na minha freguesia, não só relativamente aos cães, mas também relativamente aos gatos, aliás, tenho lá na minha rua, duas pessoas, tem para aí uns 20 gatos, mas pronto, tudo bem, eu gosto, então fazem questão disso, fazem esse trabalho, mas ouço isso. Preocupação: o senhor Presidente da Câmara colocou aqui a parte operacional, nomeadamente a questão do pessoal, os pedreiros, os serventes, aqueles que fazem obra e eu acho que há uma preocupação que temos de ter em conta, porque uma Câmara Municipal sem setor operacional não vai a lado nenhum, pode ter muitos arquitetos, muitos engenheiros, muito pessoal de limpeza, mas se não tiver aqueles que fazem a reposição de calçadas, a substituição dos lancis partidos, trabalhos, pequenos trabalhos do dia-a-dia que o Zé Povinho precisa, então perdemos capacidade operacional.

Duas perguntas para terminar, uma, qual é o número total de trabalhadores da Câmara? São os tais 699, são os 700, e além destes, quantos trabalhadores é que temos daqueles programas que têm várias designações, agora há para todos os gostos, até há um que se chama Mercado, portanto é só escolherem o nome. Qual é o total de trabalhadores? Se puder ser dado hoje, muito bem, se não puder ser dado hoje, podem dar durante a semana que vem, que nós temos tempo para ler os papéis.»

Carlos Miguel Amaral (PS):

Disse o seguinte:

«Em relação ao mapa de pessoal, eu já falei os considerandos que saber ou não saber se fazer mapas de pessoal essas referências fica para quem os faz. Na verdade, o que vejo aqui é que dos 121 postos de trabalho, 89 são postos de trabalho por tempo indeterminado e 32 a termo resolutivo que são as Atividades de Enriquecimento Curricular AEC. Os 32 são os AEC. Portanto, temos 89 postos por tempo indeterminado. Eu pergunto ao senhor Presidente, porque falou sobre aposentações, qual é o número de aposentações que está previsto para 2025? Atenção que estive a ver o balanço social.

Segunda questão: relaciona-se com a veterinária, não temos veterinária, pelo que percebi. No entanto, fui ver o processo de recrutamento e vi que existe, a lista de ordenação final dos candidatos aprovado, onde foi aprovada uma candidata, pergunto por que a candidata não ter aceito o contrato de trabalho em funções públicas e se o município ofereceu acima da posição remuneratória base, ou seja, que é a primeira posição de entrada de técnico superior, isto porque nos municípios que aqui à volta que conheço, os veterinários existentes obviamente não estão na primeira posição, porque a primeira posição ganham eles no privado. Portanto, se não houver negociação, certamente ninguém vem para aqui a ganhar 1.385 euros, que é a primeira posição. Portanto, pergunto se efetivamente está se a pensar ou não em abrir negociação.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«O senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei não colocou assim nenhuma questão, mas com as escolas o número que temos aqui são 628, mas é interessante tirarmos uma hora ou uma hora e meia para fazer essa avaliação numa Assembleia Municipal, porque a nós permite-nos explicar às pessoas que queriam compreender o que é esta casa e o que são as escolas porque é um esforço muito grande. Nós nas escolas, ainda esta semana, não sei

quantos assinei, mas entraram duas ou três pessoas que estavam na reserva de recrutamento e nos últimos dois anos, 20, 40, 60, se calhar 60 e tal e à medida que vão saindo, os lugares vão sendo extintos e nós temos de colocar aqui. Tenho aqui uma explicação diferente que o senhor Deputado Carlos Amaral, fez as contas ele falou em 170, mas são 171, e eu tenho aqui 170, agora, se eu tivesse tempo para explicar isto tudo, percebia-se um a um. Acho que, em termos de uma reunião temática, eu acho que era interessante.

Em relação às aposentações, aquilo que que temos previsto, formalizado são oito aposentadorias, mas nós sabemos as idades que eles têm e temos uma média de idade muito elevada, portanto, em qualquer momento podemos ser surpreendidos porque os trabalhadores não têm de dizer previamente que vão requerer a aposentação, agora, estamos preparados e dentro da medida, eu abocado referi os nomes dos trabalhadores, estou aqui, falo com eles, são mais elas que eles que vão, portanto, temos mais ou menos o controle desta situação como noutros setores, na Divisão de Obras é a Engenheira que está mais próximo deles e que me vai sempre apertando, “Ó Presidente vamos ficar sem tantos” e ela tem quase sempre razão.

É assim, eu agora não sei precisar exatamente a razão que os veterinários que concorreram não ficaram, admito que até porque nós avaliámos a avaliação que o senhor Deputado Carlos Miguel Amaral estava a fazer, também o fizemos e não só para veterinário, mas a ideia que eu tenho é que a pessoa que se apresentou no concurso e que era para ser contratada encontrou outra colocação e também não vivia em Peniche, acho que era Bombarral ou coisa assim, mas admito, e nós chegámos a essa conclusão, que no caso do veterinário que devíamos aumentar a perspectiva de contratação através do OMED, se bem que dentro desta casa é um bocadinho complicado, se nós temos técnicos superiores de outras áreas, mas tem de se fazer.»

Deliberação n.º 55/2024: Submetida a proposta (n.º 2432/2024) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e atendendo ao preceituado no n.º 3 no artigo 28.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, por maioria, com sete (7) votos a **favor**, pelos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (6) e pelo Chega (1), dezasseis (16) **abstenções**, pelos membros eleitos pelo Partido Social Democrata (7), pelo Partido Socialista (5), pela Coligação Democrática Unitária (3) e pela senhora Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Lopes (1), e um (1) voto **contra**, pelo senhor Carlos Miguel Cordeiro do Amaral Domingos, eleito pelo Partido Socialista (1), aprovar o Mapa de Pessoal do Município de Peniche, para o ano 2025.

11) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS IDENTIFICADOS EM ORÇAMENTO E AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE OUTROS COMPROMISSOS PLURIANUAIS EM QUE OS ENCARGOS FINANCEIROS NÃO EXCEDAM O LIMITE DE 99 759,58 EUROS EM CADA ANO - MUNICÍPIO DE PENICHE:

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do décimo primeiro ponto da ordem do dia, apenas usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino, que fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por unanimidade, em reunião ordinária, realizada no dia 22 de novembro de 2024.

Deliberação n.º 56/2024: Submetida a proposta (n.º 2389/2024) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, por unanimidade, com vinte e quatro (24) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), pelo Partido Social Democrata (7), pelo Partido Socialista (6), pela Coligação Democrática Unitária (3) e pelo Chega (1):

1. Conceder autorização prévia favorável à assunção dos compromissos plurianuais pela Câmara Municipal ou pelo Presidente da Câmara Municipal, conforme caiba a autorização da despesa, previstos nas Grandes Opções do Plano para 2025, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA conjugado com o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/12, de 21 de junho.

2. Delegar no Presidente da Câmara Municipal a autorização para a assunção de compromissos plurianuais, não previstos nas Grandes Opções do Plano para 2025, que não excedam os 99 759,58€ € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução não excedam os três anos, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 6.º da LCPA. Os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da presente delegação serão dados a conhecer à Assembleia Municipal.

12) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL, NO ÂMBITO DO CONTRATO-PROGRAMA A CELEBRAR ENTRE A ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA, CULTURAL E RECREATIVA “A SERRANA” E O MUNICÍPIO DE PENICHE:

Deliberação n.º 57/2024: Retirado, conforme deliberação n.º 45/2024, de 29 de novembro.

13) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL, NO ÂMBITO DO CONTRATO-PROGRAMA A CELEBRAR ENTRE A ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE PENICHE E O MUNICÍPIO DE PENICHE:

A Assembleia passou à apreciação do décimo terceiro ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal.

Solicitou autorização ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, para o senhor Diretor Municipal de Desenvolvimento e Governança fazer a introdução do tema.

Diretor Municipal de Desenvolvimento e Governança, Rui Vargas:

Fez a introdução do assunto.

Carlos Miguel Amaral (PS):

Disse o seguinte:

«Bom, isto seria o ponto 13 e já está o ponto 13 e o ponto 14 e eu tenho aqui algumas questões, uma vez que o Diretor Municipal de Desenvolvimento e Governança avançou já também para o contrato de programa, quando o ponto 13 é só a questão dos compromissos plurianuais, mas

eu tenho aqui algumas questões que se prendem com o facto primeiro, um fator muito importante, que tem a ver com o visto do Tribunal de Contas, não foi aqui referido, mas o valor que estamos a falar é objeto do visto do Tribunal de Contas. Portanto, será sempre o Tribunal de Contas a dar o visto final, convinha esclarecer isso, porque isso é muito importante. Ainda em relação a este assunto, tenho aqui algumas considerações a fazer e perguntas que gostaria de ter algumas respostas. Ponto prévio, reitero que este equipamento peca, portanto, a chegada deste equipamento peca por tardia, constitui efetivamente uma mais-valia e um espaço essencial para a nossa comunidade e neste modo deverá ser integralmente otimizado. As questões que vêm aqui ou estas considerações que posso ter aqui e questões que espero ver respondidas têm a ver com a forma e não com o objeto que estamos aqui a falar. Eu começaria por tentar para já, perceber a figura que é patrocínio, ou seja, o contrato de programa refere uma figura do patrocínio, desconheço que figura é esta, gostaria de ter alguma explicação, uma vez que os compromissos plurianuais falam em apoio financeiro. Não sei se o patrocínio e o apoio financeiro é a mesma coisa, no entanto, gostaria de tentar perceber no âmbito das finanças locais e esta correlação com os órgãos de controle da Administração Central e face aos valores envolvidos, perceber perfeitamente. Portanto, isto para salvaguardar a todos nós. Neste protocolo também, qual é a data de início, presumo os compromissos plurianuais que começam a 1 de janeiro de 2025. Isso que fique um pouco também esclarecido. Por outro lado, também não poderia deixar de reparar que os documentos que chegam a estes deputados, a esta Assembleia deviam ser com mais brilho profissional, bem apresentados, devidamente formatados, sem erros gramaticais, enfim. Deixo aqui só mais este reparo para nós termos toda a segurança do que é que estamos a aprovar, porque para todos os efeitos o contrato de programa é aprovado é por nós. Por outro lado, queria também questionar se já foi efetivamente no âmbito, não deste patrocínio, se já foram transferidos alguns valores aos Bombeiros relativamente a este protocolo, uma vez que, para todos os efeitos, começa a 1 de janeiro de 2025, tendo a ideia de que isto só acontece se tiver o visto do Tribunal de Contas. Isto é para a minha segurança, de todos que vão votar esta matéria.

Querida também ter aqui alguma, isto mais operacional, porque depois eu estive a ler depois o documento e vejo que a informação do senhor Presidente fala em construído e depois o protocolo a construir, isto é uma coisa que já está construída e já está inaugurada, quer dizer, tentar um pouco perceber que no protocolo diz é construir e depois diz construído. Portanto, é estes pormenores que fazem a diferença. E eu tenho de ter alguma segurança a votar isto. Por outro lado, também tenho aqui alguma, isto muito mais operacional, porque depois estive a ver o que é que efetivamente este equipamento nos poderá dar e depois estive a ler e disse e tenho aqui em relação às atividades a realizar, isto é só para sintetizar um pouco o meu pensamento, tem a ver com nomeadamente competições desportivas e eu pergunto o que tipo de competições desportivas poderão ser realizadas, enfim, face ao projeto que está, se o piso, por exemplo, pode ser mudado, é este também. Espetáculos musicais também está lá dito, presumo que se tenha também acautelado em sede de projetos materiais ou ferramentas à acústica, portanto, penso que isto são tudo, estamos sempre a falar da otimização, mas eu preciso perceber quando nós falamos em realizar várias atividades, percebemos também precisamos também perceber que tipo de atividades é que são realizadas. Ainda em relação ao contrato de programa, fala numa comissão de gestão, reúne quinzenalmente e toma deliberações, se calhar seria bom também colocar que deve ser lavrado uma ata, não está, mas deve ser é importante que se lave uma ata das deliberações tomadas, para salvaguarda dos dois. A comissão de gestão, portanto, vai ser nomeada ainda este ano, uma vez que terá de apresentar o plano de atividades para 2025, correto, portanto, à partida também deve ser. Importante, e não foi referido pelo Diretor Municipal de Desenvolvimento e Governança, não tendo o município qualquer gestão ou intervenção financeira que não seja o tal patrocínio mensal e sabendo que as receitas devem ser, como disse, prioritariamente destinadas também ao pagamento

recursos humanos, não disse, mas está lá uma cláusula, que os trabalhadores dos municípios podem ser alocados à gestão e operação diária do edifício. Presumo eu que nessas situações será o município a pagar e se forem horas extraordinárias, são pagas também pelo município ou para esta comissão de gestão? A auditoria que refere, qual é a unidade orgânica que vai efetuar esta auditoria e com que periodicidade? Não está lá referida. E por último, não estando mencionada qualquer legislação ou cláusula relativa à resolução do contrato, pergunto em que situações é que poderá ser o mesmo determinado.»

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse o seguinte:

«Senhor Presidente, eu faço uma declaração de interesses que há quinze dias reuni no Tribunal de Contas e a propósito dos subsídios que as Juntas de Freguesia atribuem às associações, foi o principal tema da agenda. Isto é uma declaração para entrar no assunto, a última vez que eu fiz uma pergunta sobre os bombeiros foi sobre este equipamento, foi-me respondido, o senhor Presidente respondeu e curiosamente nessa tarde eu ia para Lisboa ia representar a ANAFRE numa iniciativa qualquer e recebo uma chamada precisamente do Presidente da Direção dos Bombeiros, ficou logo a saber que eu tinha falado do assunto, e ainda bem que eu esclareci e disse-lhe qual é que foi o objeto da minha intervenção. Eu tenho aqui uma coisa que eu não compreendo, eu sei que estamos a falar de um contrato para 15 anos, percebi que o valor é de 1.800.000 euros, percebi que este contrato programa, está assinado, entre a Câmara e os Bombeiros, não está? Não percebi se já foi pago algum dinheiro aos bombeiros ou não. Não percebi porque não foi dito, certo? Com a cabeça a dizer que não, já percebi que não foi dado.

E acho que faz todo sentido não ter sido, porque o Tribunal de Contas vai ler a ata da Câmara sobre este assunto e vai ler a ata da Assembleia Municipal sobre este assunto e estando de acordo com o princípio de que este equipamento é importantíssimo para Peniche, felicitar os Bombeiros por isso, mas há uma coisa que eu não consigo perceber. É que num contrato, programa destes, não haja uma informação do Gabinete Jurídico. Porque a informação do Gabinete Jurídico retira-nos responsabilidade na decisão. Eu vou dizer o seguinte, se tivesse aqui, no processo que eu consulte agora aqui no computador, a informação do Gabinete Jurídico, o meu voto era já favorável. Não estando, eu tenho dificuldades em tomar esta decisão, porque primeiro o Tribunal pode dar uma nega, mas pode ir para outras coisas que nós não queremos e sobre subsídios, já tivemos problemas com o Tribunal de Contas, não vale a pena voltar a ter, ou não? Eu não quero. Já tinha preparado 2.500 e não sei quantas eras para pagar. Já tinha dito lá em casa, olha, neste ano não tenho subsídio de Natal. Pronto, estava preparado para isso, felizmente que não foi assim. Mas podia ter sido. E nestas coisas, eu estou a colocar isto desta forma, porque eu não quero que nenhum de nós tenha esse problema. Nenhum. Eu gosto muito dos Bombeiros, o Zé Augusto foi meu colega de serviço militar, tenho uma admiração por ele como amigo. Mas a última coisa que eu quero é ter problemas por causa de um contrato desta natureza. Portanto, eu acho que devia estar aqui uma informação do Gabinete Jurídico que nos dava conforto na decisão, o que temos aqui é uma informação da Dra. Ana Nunes, que eu gosto muito dela, já tinha dito até antes de a reunião começar, mas não é a jurista do Gabinete Jurídico da Câmara Municipal. E essa sim, essa dava-me o conforto todo para tomar uma decisão. Portanto, não havendo, aquilo que eu pergunto é, não será melhor retirar o ponto de ordem de trabalhos e vir aqui? Eu estou disponível para vir cá a segunda-feira, e se for preciso não receber a senha de presença, caros amigos, não há problema nenhum, não é por isso, não há problema nenhum, eu não recebo a minha. Acho que os outros também estão, certamente. Agora, o que eu quero é um parecer do Gabinete Jurídico a dizer que não há problema nenhum, que está em conformidade com a Lei. Se disser isso, caros amigos, amigos, sempre e eu voto a favor. Não existindo, eu tenho esta dificuldade em participar nestes tipos de decisões,

conhecendo até o histórico e chamo a vossa atenção para isto, vão ver decisões deste ano do Tribunal de Contas sobre os subsídios, é só escolher. No continente, nos Açores e na Madeira, eu estou à vontade estive a dar formação nos Açores e na Madeira e sei o que é que eu vi. E nas freguesias e valores mais pequeninos. Não tem nada a ver com isto, portanto, relativamente a este ponto, eu acho que manda o bom senso e a prudência que nós sejamos todos amigos uns dos outros e também, desta forma, somos amigos dos Bombeiros, porque isto é ser amigo dos bombeiros, é tomar uma decisão em consciência com responsabilidade para nenhum de nós ter problemas, é só isso. Não temos necessidade nenhuma de depois andar aí falados, porque não se esqueçam que o julgamento é feito logo no dia a seguir e depois o Tribunal dá-nos razão, mas fomos julgados logo pelo povo e eu, pá, gostaria de tomar uma decisão em consciência, com responsabilidade, com a rapidez que for necessário, mas façam só um favor, alguém do gabinete jurídico da Câmara que diga que está de acordo com a lei das autarquias locais, a partir daí, o meu vota é a favor.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Qual é o jurista que faça isso? Qual é o jurista? É que o Dr. Rui Vargas é jurista e este trabalho foi feito durante muito tempo e com a ajuda de outros juristas para chegarmos aqui. É por isso que é um contrato de programa e não é um protocolo, não é atribuição de um subsídio e é por isso que isto tem de ir ao Tribunal de Contas.»

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse o seguinte:

«Sem entrarmos em litígio da discussão, é assim. Se o Dr. Rui Vargas fez isto, ele certamente compreende o que é que eu estou a dizer e eu acho que há mais gente na sala que compreende. Nós tivemos problemas com subsídios e eu acho que não devemos voltar a ter. Até porque, a partir do momento que tivemos problemas, o Tribunal nunca mais nos vai perdoar porque já nos chamou a atenção, já aplicou o que tinha a aplicar e é isto que eu estou a dizer, o Dr. Rui Vargas faz o parecer na segunda-feira, senhor Presidente da Assembleia Municipal, se for necessário reunir-me na terça ou na quarta, estou cá, mais, sem receber senha de presença, para mim não é condição.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Há aqui uma confusão, é que o protocolo não vai ser assinado sem o visto do Tribunal de Contas, primeiro, nem vai ser pago nenhum testão, nenhum euro, através do contrato de programa, sem o visto do Tribunal de Contas. Qual é o risco? É assim, o Tribunal de Contas é que vai avisar isto se o Tribunal de Contas disser isto não está em conformidade, têm de corrigir isto e o que tem que corrigir, qual é, é assim, nós não vamos operacionalizar não vamos avançar com isto sem o visto do Tribunal de Contas.»

Há uma coisa que me surpreende, ó Jorge, há uma coisa que me surpreende, é que eu tive também 12 anos aqui, tive 16 anos aqui, epá, eu nunca vi tantos de parecer jurídicos como no... Não, nunca.»

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse o seguinte:

«Eu vou explicar porque é que tenho essa opinião. Se nós estivéssemos a aprovar um subsídio para uma entidade, não está em causa se é os Bombeiros, isto não é a questão essencial,

para uma entidade qualquer, no início deste mandato autárquico, e que o valor do subsídio fosse para esse período autárquico, eu não colocava problema nenhum, o problema é que nós estamos a aprovar um apoio, através da figura do contrato de programa, que é aquilo que nos é proposto, para um período de 15 anos, 15 anos, caros amigos, são três mandatos e meio. É por essa razão que eu tenho esse receio. E estou a dizer isto, epá, sem nada na manga, não tenho nada e como vos disse, se tiver o parecer jurídico a dizer avancemos, eu, no dia que quiserem, à hora que quiserem, estou cá para aprovar. Portanto, é de boa-fé, agora, não me levem a mal, nós temos de defender também a nossa imagem e o resto, e a nossa família acima de tudo a família.»

Diretor Municipal de Desenvolvimento e Governança, Rui Vargas:

Disse o seguinte:

«Senhor Presidente, relativamente às questões colocadas, o patrocínio financeiro e o apoio é o mesmo, terá de ir ao Tribunal de Contas e o contrato não será assinado antes do visto do Tribunal de Contas, como acontece num contrato de contratação pública, nem haverá qualquer pagamento antes exatamente deste visto, para não haver aqui responsabilidade, nem a nomeação da Comissão de Gestão acontece porque só depois do contrato estar em vigor é que é nomeada a Comissão de Gestão.

Relativamente à questão que foi colocada de os valores já estarem para início de 2025, o início não será em janeiro ou fevereiro de 2025, o início será depois do visto e com a formalização, com a outorga do contrato. Isto é o que irá acontecer.

Relativamente àquilo que o senhor Deputado falou no contrato de programa ter aqui a construir, são lapsos e proponho que permitam que seja a correção material porque já está construído, tem licença de utilização para que não haja aqui qualquer dúvida quanto a essa parte. A auditoria não tem uma periodicidade porque foi estatuído o texto nesse sentido de que sempre que a Câmara entenda necessário poder fazer o pedido de auditoria, se a Câmara entender que deve estabelecer uma prioridade, pode fazê-lo e essa auditoria será feita dentro dessa prioridade. A abrigo deste contrato de programa não será paga qualquer verba enquanto o contrato não estiver assinado e termine como devia ter começado e peço desculpa, tem de ir ao visto do Tribunal de Contas e só depois é que é outorgado o contrato.»

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse o seguinte:

«O nosso Diretor Municipal de Desenvolvimento e Governança não respondeu a uma questão: porque que esta proposta surge na Assembleia Municipal sem qualquer parecer jurídico. Eu percebi, o Presidente da Câmara respondeu à pouco que este trabalho foi feito por si ou pelo menos dirigido por si e teve outras pessoas, a pergunta que eu faço é: nessa perspetiva porque é que não veio o documento tal como está com uma informação do Diretor Municipal de Desenvolvimento e Governança a dizer que esta proposta esta em conformidade com a Lei das Autarquias Locais.»

Diretor Municipal de Desenvolvimento e Governança, Rui Vargas:

Disse o seguinte:

«A informação foi assinada por mim, a informação que foi a reunião de Câmara teve também a colaboração da senhora Dra. Ana Cláudia Guedes, mas a informação foi assinada por mim.

Peço desculpa que não respondi ao senhor Deputado a questão da revogação que tinha colocado. A revogação nos termos gerais se houver incumprimento de qualquer das partes poderá haver aqui a revogação do contrato, no incumprimento geral e é isso que está em termos da Lei

geral, não foi colocado aqui cláusulas específicas para aquilo que seria o incumprimento é verdade, mas isso foi opção propor nesse sentido, até porque teve na base aquilo que era a própria proposta que veio dos Bombeiros e aqui pedir desculpa pelos erros gramaticais tem a ver que tentou-se trabalhar aquilo que era o protocolo proposta dos Bombeiros e não foi dito aqui mas isto tudo foi aqui articulado com a direção da Associação Humanitária estes pontos foram discutidos e bem discutidos num trabalho não apenas da Câmara Municipal.»

Carlos Miguel Amaral (PS):

Disse o seguinte:

«Obrigado pela explicação, efetivamente a questão do incumprimento parece-me que é importante porque precisamos perceber se alguém falhar o que é que acontece, de um lado ou de outro, no entanto, eu ainda vou um bocado mais a montante que é: então se nós, se o contrato de programa e as transferências só se efetuam depois do visto do Tribunal de Contas o que é que agora nós vamos aprovar sendo que não sabemos se o tribunal de contas vai ou não dar o ser parecer favorável. Estamos a aprovar o que? Uma minuta?»

Diretor Municipal de Desenvolvimento e Governança, Rui Vargas:

Disse o seguinte:

«Exato, nós não podemos enviar, o Tribunal de Contas funciona assim, nós não podemos, o documento tem de ser aprovado pela Assembleia Municipal.»

Carlos Miguel Amaral (PS):

Disse o seguinte:

«Uma minuta?»

Diretor Municipal de Desenvolvimento e Governança, Rui Vargas:

Disse o seguinte:

«É a minuta, é a proposta do contrato de programa, depois será assinado após o visto do Tribunal de Contas.»

Carlos Miguel Amaral (PS):

Disse o seguinte:

«Portanto, caso não venha o visto, cai por terra.»

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse o seguinte:

«A partir do momento que o senhor Diretor Municipal de Desenvolvimento e Governança deu a resposta dizendo que a informação também tinha a sua assinatura permite por agora, o assunto fica por aqui, estou em condições de votar, depois logo se vê o resto, depende do Tribunal de Contas.»

Deliberação n.º 58/2024: Submetida a proposta (n.º 2530/2024) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, por unanimidade, com vinte e quatro (24) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), pelo Partido Social Democrata (7), pelo Partido Socialista (6), pela Coligação Democrática Unitária (3) e pelo Chega (1), autorizar a assunção dos compromissos plurianuais, no âmbito do contrato-programa de

desenvolvimento comunitário a celebrar com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Peniche, nos termos e para efeitos do previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

O senhor Presidente de Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, eleito pela Coligação Democrata Unitária, e as Bancadas do Partido Social Democrata e do Partido Socialista apresentaram uma declaração de voto que ficarão registadas em ata.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Declaração de voto:

«Reafirmar que não está em causa o apoio aos Bombeiros nem a importância do equipamento, apenas por uma questão de salvaguarda da nossa vida pessoal, da nossa vida política e pública, as questões que foram colocadas tem de ver essencialmente com esses aspetos, por isso colocamos de forma muito frontal sem qualquer problema, porque é assim que deve ser a democracia é mesmo assim.»

Carlos Miguel Amaral (PS):

Disse o seguinte:

«Eu como disse de início tem a ver com a forma e não com o objeto, a instalação não está aqui em causa o trabalho quer da Câmara Municipal quer da Associação dos Bombeiros isso será sempre um bem maior para nós efetivamente prende-se com a salvaguarda de cada um de nós perante uma imposição legal que, enfim, poderá trazer-nos algum dissabor, e não é isso que queremos. Queremos, sim, que passe com visto e que passe com distinção, para estarmos perfeitamente à vontade nessa matéria.»

Luís Almeida (PSD):

Disse o seguinte:

«Também afirmamos que iremos apresentar uma declaração de voto e que havia na nossa bancada algumas reservas sobre a legalidade deste contrato-programa, e que o nosso sentido de voto vai, a razão do nosso sentido de voto é porque está salvaguardado com o que foi afirmado, de que se o Tribunal de Contas reprovou, cai por base porque se não teríamos muita dificuldade em tomar esta posição.»

14) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVO AO CONTRATO-PROGRAMA A CELEBRAR ENTRE A ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE PENICHE E O MUNICÍPIO DE PENICHE, PARA O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO:

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do décimo quarto ponto da ordem do dia, não se registaram intervenções.

Deliberação n.º 59/2024: Submetida a proposta (n.º 880/2024) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, por unanimidade, com vinte e quatro (24) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), pelo Partido Social Democrata (7), pelo Partido Socialista (6), pela Coligação Democrática Unitária (3) e pelo Chega (1), aprovar a minuta do contrato-programa de desenvolvimento comunitário a celebrar entre o

Município de Peniche e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Peniche.

15) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A ATUALIZAÇÃO DOS AUTOS DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS COM AS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO DE PENICHE:

Deliberação n.º 60/2024: Retirado, conforme deliberação n.º 45/2024, de 29 de novembro.

16) APRECIACÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A PARCELA DE TERRENO, SITO NA AVENIDA DO PORTO DE PESCA, EM PENICHE (GRUPO DESPORTIVO DE PENICHE):

Deliberação n.º 61/2024: Retirado, conforme deliberação n.º 45/2024, de 29 de novembro.

17) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA QUE OS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO POSSAM CONCEDER APOIO FINANCEIRO AO CENTRO SOCIAL DO PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE PENICHE:

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do décimo sétimo ponto da ordem do dia, não se registaram intervenções.

Deliberação n.º 62/2024: Submetida a proposta (n.º 21440/2024) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea v) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por unanimidade, com vinte e quatro (24) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), pelo Partido Social Democrata (7), pelo Partido Socialista (6), pela Coligação Democrática Unitária (3) e pelo Chega (1), conceder autorização ao Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Peniche para deliberar sobre a concessão de apoios financeiros ao Centro Social do Pessoal da Câmara Municipal de Peniche, no ano 2025, até ao valor máximo de 35 000,00 € (trinta e cinco mil euros).

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA:

Deliberação n.º 63/2024: Para efeitos de execução imediata, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, submetida a votação a minuta da presente ata, constatou-se a sua aprovação, por unanimidade.

ENCERRAMENTO:

Sendo duas horas do dia sete de dezembro, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a segunda reunião da sessão ordinária do mês

de novembro, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que contém um resumo do que de essencial nela se passou, nos termos do número um do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, que eu, *Marina Viola*, Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças, subscrevo e com o senhor Presidente da Mesa assino.

APROVAÇÃO:

A presente ata foi aprovada e assinada na sessão ordinária de fevereiro da Assembleia Municipal, realizada no dia 21 de fevereiro de 2025, tendo sido deliberado dispensar a sua leitura, por o respetivo texto haver sido previamente distribuído pelos membros da Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

(assinado no original)

A Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças,

(assinado no original)
